

tempo e presença

Publicação do CEDI • Nº 276 • Ano 16 • Julho/agosto de 1994 • R\$ 1,50

KARDEX
PP-DOC
MC/I-DOC



CRISE DE PARADIGMAS

MÁSCARAS DA REALIDADE

As transformações que têm ocorrido nas últimas décadas nas sociedades nacionais e na ordem mundial apresentam uma intensidade e extensão sem paralelo em nenhuma outra época da história. Essas mudanças afetam não apenas a ordem econômica e social, mas as próprias relações entre as pessoas, a concepção da convivência com a natureza e conceituados paradigmas utilizados pelo pensamento humano para interpretação do que está acontecendo.

Também a teologia e a eclesiologia encontram-se seriamente questionados quanto ao próprio sentido de suas afirmações e identidades.

Nesses tempos difíceis de desmantelamento de referências, de esquemas consagrados, de modelos universais e

multidimensionais, algumas propostas chegam ao atrevimento de declarar o “fim da história” e concluir que um só sistema ideológico, político e econômico — o capitalismo — foi proclamado como a grande resposta para a sociedade mundial.

Já se tem afirmado que as crises sempre trazem elementos de fecundidade. Podem ser indicadores de um novo começo, de possibilidades de reinvenção e de criação, de abertura para novos conhecimentos, de outras formas de convivência entre as pessoas e com a natureza, enfim, de desafios para a construção de novos caminhos.

As crises ajudam a tirar as máscaras que nos são impostas, as quais, algumas vezes, chegam a se confundir com a nossa própria identidade.

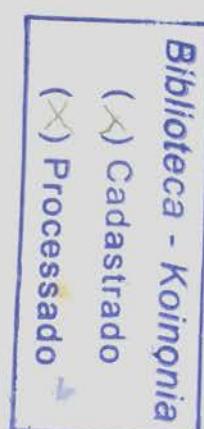
No momento em que certas utopias foram questionadas, sonhos adiados ou desfeitos, não podemos cair na armadilha de que respostas já foram encontradas, de que soluções mágicas se impuseram e que uma certa ordem mundial está se sedimentando. Novos ídolos (mercado, tecnologia, globalização, etc.) passam a ser criados com todas as características de exclusão, de sacrifício e de sofrimento, fatores componentes de maior parte das formas de idolatria.

A lógica da exclusão — como sempre, a dos mais pobres e fracos — não pode ser o fundamento dos novos paradigmas. Somos todos convidados a criar, com liberdade e responsabilidade, novas formas de sociedade, respeitando as diferenças e peculiaridades, em que a solidariedade, o amor e a justiça sejam valores não subordinados ao consumo, ao lucro e ao mercado.

TEMPO E PRESENÇA também traz nesta edição matéria especial sobre o CEDI, com ênfase em sua história e em seu inusitado e ousado processo de reestruturação, que culminou com a criação de quatro novas organizações. Estas se propõem a dar continuidade, com mais abrangência, aos objetivos permanentes do CEDI e a responder as novas exigências e demandas da atual conjuntura do País. Uma síntese dos objetivos e do planejamento das novas instituições é apresentada de forma agradável e atraente nas páginas centrais desta edição.



F. Ottoni / CEDI



SUMÁRIO

Paradigmas

- 5 ANOMALIAS E PARADIGMAS NUMA ÉPOCA DE TRANSIÇÃO

Julio de Santa Ana

Política

- 8 CRISE DOS PARADIGMAS: ABANDONO OU REINVENÇÃO?

Daniel Aarão Reis Filho

Modernidade

- 11 MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE, UTOPIA

Jorge Atilio Silva Julianelli

Economia

- 13 NOVO PARADIGMA ECONÔMICO

Jung Mo Sung

Gênero e cor

- 16 A REVISÃO DA MODERNIDADE A PARTIR DOS DESAFIOS DE GÊNERO E RACA

Leila de Andrade Linhares Barsted

CEDI 20 anos

- A OUSADIA DE SUPERAR-SE MULTIPLICANDO-SE

Paulo Ayres Mattos

AS VELHAS CASAS

Rubem Alves

Diversidade

- 19 REAPRENDER A PENSAR UM MUNDO PLURAL E DIFERENTE

Luiz Alberto Gómez de Souza

Mundo ambiente

- 23 CRISE AMBIENTAL

Lais Menezes

Teologia

- 26 A TEOLOGIA: VULNERABILIDADE DA RAZÃO

Maria Clara L. Bingemer

Bíblia Hoje

- 29 DEUS PEDE CONTA À CIDADE

José Geraldo Costa Grillo

Livros

- 31 CEDI: PUBLICAÇÕES

Encarte especial

ELEIÇÕES BRASIL 94



Eraldo Platz / Iéntase

em diversos setores da sociedade. Questões de gênero, raça, natureza desafiam as práticas sociais tradicionais e as próprias análises político-econômicas. Páginas 16, 19 e 23

CEDI — 20 anos

Nas páginas centrais de TEMPO E PRESENÇA, apresentamos importantes análises e informações sobre o processo de transição por que passa o CEDI. Paulo Ayres Mattos recorda a história da instituição, Rubem Alves oferece uma linda crônica sobre o espírito "cediano", e os grupos originários dessa reestruturação destacam seus objetivos e propostas de trabalho.

Teologia desafiada

A reflexão teológica também encontra-se seriamente questionada quanto ao sentido mesmo de sua existência e de sua própria identidade. Ela está desafiada a reencontrar sua própria vocação e o que lhe é específico, principalmente no momento em que o mundo sinaliza uma sede de transcendência. Página 27

Publicações do CEDI

A relação dos livros publicados pelo CEDI demonstra a riqueza da produção editorial da instituição, com abordagens que abrangem questões dos campos políticos,

sociais e eclesiais em que atua. Há livros que tiveram muita

significação na conjuntura em

que foram

publicados e que são o retrato de

toda uma

trajetória de

ousadias e

sonhos. Página 31



1 9 9 4



C E D I

CARTAS

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Julho/agosto de 1994
Ano 16 - nº 276

CEDI Centro Ecumônico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016

Av. Higienópolis, 983
01238-001 São Paulo SP
Telefone (011) 825-5544
Fax (011) 825-7861

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Rodrigues Brandão
Emir Sader
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Márcio Santilli
Marília Pontes Sposito
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

EDITOR

Jether Pereira Ramalho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Paulo Roberto Salles Garcia

MTb 18481

EDITORES ASSISTENTES

Beatriz Araújo Martins
Maria Cecília Iório
Rafael Soares de Oliveira

EDITORA DE ARTE

Anita Slade

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Beatriz Araújo Martins

REVISOR E DIGITADOR

Paulo Roberto Salles Garcia

CAPA

Anita Slade / Foto J.R. Ripper /
Grafismo Roberto Dalmasso

PRODUÇÃO GRÁFICA

Supernova

FOTOLITO DA CAPA

Beni

FOTOLITOS E IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 1,50

Assinatura anual
R\$ 9,00

Assinatura de apoio
R\$ 15,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Ter "redescoberto" a revista TEMPO E PRESENÇA em 93 foi a melhor coisa que me aconteceu como acadêmica em Comunicação Social e militante. Que seus 20 anos sejam eternos e sempre mais atuantes, com o mesmo brilho e qualidade. Parabéns.
Maristela Borges Benedet
Içara/SC

A revista TEMPO E PRESENÇA é interessante, engajada e séria.

Pierre Furter
Genebra/Suíça

Nos tempos em que vivemos, toda informação que obtivermos ainda é pouca, já que neste país todos os meios de comunicação estão nas mãos de umas poucas famílias e grupos dominantes; sendo assim é muito difícil acontecer as transformações que tanto precisamos. Daí a necessidade de procurar informação com aqueles que estão realmente comprometidos com a Palavra de Deus, que está ao lado dos pequeninos e oprimidos e contra este sistema que opõe e mata injustamente. Por isso na oportunidade parabenizo a

TEMPO E PRESENÇA EM NOVA FASE

A revista TEMPO E PRESENÇA será editada, a partir de janeiro de 1995, por KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço, uma das organizações originárias do CEDI. Será mantida a linha editorial, melhorado o projeto gráfico e ampliado o campo de atuação. Seu apoio, indispensável e jamais negado, e sua assinatura são elementos importantes para a nossa continuidade.

revista TEMPO E PRESENÇA, desejo de que esta voz se espalhe cada vez mais longe, com as graças de Deus.
Ricardo S. da Silva
Timóteo/MG

A revista TEMPO E PRESENÇA tem melhorado muito. O último número que recebi (sobre as elites) estava bem conclusivo e apontava claramente as causas das deformações sociais no nosso país. Parabéns.

Moysés Berndt
São Paulo/SP

Vocês estão de parabéns pela excelente publicação vossa. Esta revista TEMPO E PRESENÇA é de fundamental importância para alguém que atua em pastorais sociais, movimentos populares e movimento político. Os

temas são importantes e de necessidade para os que querem se libertar criticamente da dominação em nosso país.

Martinho Mayer
Porto Alegre/RS

Recebemos TEMPO E PRESENÇA n. 273. Está excelente e estamos aproveitando bastante. Muito obrigado! Mereceu particular estudo nosso o artigo de Diomedes Cesário da Silva — "Empresas Estatais e Privatização". Contundente e importantíssimo! Merecia agora alguém fazer um estudo sobre uma empresa privada — tipo Paranapanema — e evidenciar o que estas empresas deixam para a Nação e principalmente para as populações das áreas em que tiraram as suas riquezas, ou melhor, que espoliam. Sigam em frente. Parabéns!
Egydio Schwade
Presidente Figueiredo/AM

Conheci a revista TEMPO E PRESENÇA através de uma amiga que trabalha na escola. Gostei muito, achei de muita utilidade, inclusive cheguei até a xerocar um artigo.

Maria do Carmo Montegatti
Campos do Jordão/SP

VOCÊ JÁ É ASSINANTE DE TEMPO E PRESENÇA?

Na atual conjuntura do Brasil e da América Latina a revista TEMPO E PRESENÇA tem-se constituído em uma referência importante. Analisando as questões e os desafios dos movimentos sociais e das pastorais populares, ela oferece subsídios para o desenvolvimento da realidade e para o avanço do processo democrático. TEMPO E PRESENÇA renova seu compromisso de continuar, nos próximos meses e em 1995, o seu projeto editorial, ampliando e melhorando ainda mais a sua forma e conteúdo.

ANOMALIAS E PARADIGMAS NUMA ÉPOCA DE TRANSIÇÃO

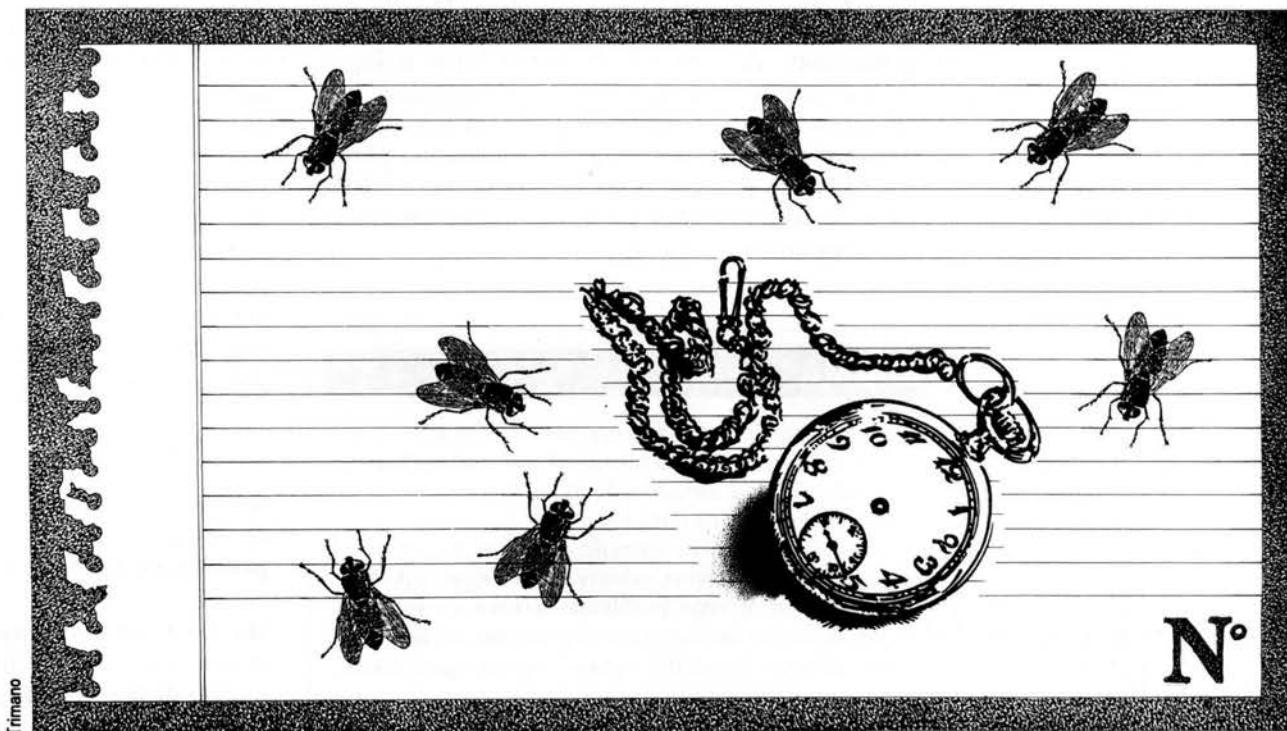
Julio de Santa Ana

*Não podemos perder
o bonde da história.
Em tempos de novos
paradigmas, é necessário
que mudemos também
as velhas formas
de comportamento.
O autor nos mostra
a importância em
reconhecer e compreender
as anomalias que estão
sendo produzidas
nos dias atuais*

A primeira metade da década de 1980 foi dominada por uma situação de excessiva estabilidade na ordem internacional. Os observadores percebiam claramente a existência de um marasmo. Reagan, Thatcher e as seqüelas da era Brejnev na ex-URSS pareciam concordar em impor um imobilismo inquestionável sobre os assuntos planetários. Era o tempo de uma ordem mundial caracterizada pelo *status quo*. O contraste com a segunda metade da década passada é visível: desde o acesso de Gorbachev à condução da política

soviética, um dinamismo imprevisível até esse momento passou a dominar o processo histórico. Entre as maiores manifestações que colocaram em evidência essa nova situação incluem-se a queda dos regimes socialistas na Europa do Leste e o desaparecimento dos governos que se autodenominavam socialistas no continente africano.

Grandes transformações. Na realidade, as mudanças que estão em processo de se realizarem são muito mais vastas, transcendem a esfera da política internacional.



Em primeiro lugar, são transformações vinculadas às relações dos seres humanos com a natureza, sobretudo no campo da produção e da circulação de mercadorias. O desenvolvimento da informática vem desencadeando uma série de processos que vão conduzindo os povos do planeta a intensificarem as relações mercantis. Os acordos e contratos necessários para que o mercado possa funcionar, que até há poucos anos exigiam transações que levavam muito tempo para serem concluídas, agora podem-se concretizar em poucas horas.

Embora, como assinalaram os economistas desde a metade do século passado (entre eles, Karl Marx), o mercado tenha uma dimensão mundial, na atualidade é irrefutável o reconhecimento do processo de mundialização da economia. Os processos econômicos nacionais e locais são dominados por exigências planetárias da produção, da circulação e do consumo de bens materiais e culturais.

Este assunto pegou de surpresa muitos que há bem poucos anos entendiam que a realidade econômica devia ser pensada, prioritariamente, em termos nacionais. A estruturação do mercado mundial já se faz sentir na vida das nações socialistas do Leste europeu desde o final dos anos de 1960. Pouco a pouco, os mecanismos econômicos e políticos que os protegiam se

tornaram mais flexíveis, influindo fortemente sobre a consciência popular. Isso deu lugar a movimentos sociais de diversas índoles que motivaram expressões de resistência popular contra os governos socialistas. O êxodo de grandes contingentes humanos para o Ocidente foi incontrolável. Os governos socialistas foram deslegitimados. Sua decadência foi inevitável. Com a queda do Muro de Berlim o destino do socialismo europeu de tipo soviético foi selado.

Com isso, a Guerra Fria, que caracterizou a vida política internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial, chegou ao fim. Algo que a maioria dos observadores não esperava começou a produzir-se. A confrontação ideológica entre o liberalismo e o socialismo perdeu intensidade rapidamente. Começou-se a perceber que vivemos em um mesmo sistema, cuja natureza é a do capitalismo. E, ainda mais surpreendente: percebeu-se que os Estados Unidos da América já não ocupam o lugar privilegiado de centro do sistema de maneira indiscutível. Surgem novos centros de poder econômico: em primeiro lugar o Japão, mas, também, a Comunidade Econômica Européia. A tensão entre liberalismo e socialismo perdeu intensidade, mas outras contradições intrassistêmicas tomaram o seu lugar.

A era dos confrontos. Para a grande maioria dos observadores e analistas dos processos mundiais, essas mudanças foram imprevistas, ocorreram de forma surpreendente. Até os que pensaram que tais mudanças poderiam vir a acontecer, jamais intuíram que se dariam de forma tão repentina. Alguns entenderam que esse tipo de transformações poderia criar condições maiores para a paz do mundo. A sucessão de fatos, imediatamente depois da queda do Muro de Berlim, leva a pensar que esta afirmação é altamente questionável: a guerra do Golfo Pérsico, o conflito nos Balcãs, na Somália, em Ruanda, assim como o novo caráter das lutas no Oriente Próximo permitem afirmar que, em vez de avançar no caminho da paz, vamos nos adentrando numa nova era de confrontos internacionais e interétnicos.

De fato, o sistema dominante tem dado inequívocas provas de sua lógica de exclusão. Vastos setores da humanidade estão sendo postos à margem pelos mecanismos do sistema. Os mais pobres entre os pobres estão condenados. Isto ocorre tanto internacional como nacionalmente. O sistema se caracteriza por ser excludente, sem nenhuma misericórdia. Por isso mesmo é preciso denunciar sua violência.

Em algumas situações, isso se expressa de maneira muito forte, como o que está acontecendo em Ruanda. Os que se sentem excluídos pelo sistema resistem a essa lógica de violência e ressentimento. Os agentes antissistêmicos já não são os mesmos que demonstraram ter a maior capacidade de resistência da metade do século passado até há pouco tempo.

Renovação dos paradigmas. Atualmente, as maiores demonstrações de oposição ao sistema são resultado do esforço daqueles que

NOVO PARADIGMA

Uma crise é resolvida quando surge um paradigma inteiramente novo que atrai a adesão de um número crescente de cientistas até que eventualmente o paradigma original, problemático, é abandonado. A mudança descontínua constitui uma "revolução científica".

O novo paradigma, cheio de promessa e aparentemente não assediado por dificuldades supostamente insuperáveis, orienta agora a nova atividade científica normal até que também encontre problemas sérios e o resultado seja uma outra revolução. A criação de novos paradigmas não implica necessariamente a desqualificação de outros, segundo alguns especialistas.

Fonte: *O que é ciência afinal?*, A. F. Chalmers, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1993.

lutam pelos direitos humanos, assim como também das mulheres, dos povos étnica e culturalmente segregados, ou são resultado das forças que resistem à devastação do meio ambiente.

Em poucos anos a situação vital na qual vivemos passou por mudanças surpreendentes, inesperadas. Uma das consequências mais importantes desse processo todo é que muitos dos instrumentos de análise utilizados para tentar compreender a realidade se tornaram obsoletos. Foram superados pelo desenvolvimento histórico. Os paradigmas utilizados pelo pensamento humano para perceber o que acontece precisam ser renovados.

Novas maneiras de pensar. Há pouco mais de trinta anos, Thomas Kuhn deu a conhecer suas reflexões sobre “A estrutura das revoluções científicas” (Chicago: The University of Chicago Press; 1962). Com muita modéstia, porém de modo indiscutível, Kuhn argumenta que quando ocorrem coisas inesperadas, para as quais a expectativa dominante na opinião pública não tem lugar algum, nos encontramos diante de anomalias.

A realidade nos surpreende. E, diga-se de passagem, não existe teoria que possa ser mais importante do que a realidade. As teorias, os paradigmas que utilizamos para desentranhar o sentido dos processos que nos correspondem viver, são formulados em função da realidade. Se não conseguem explicá-la, se existem aspectos do real que põem em evidência a debilidade das teorias e paradigmas que utilizamos para compreender o que ocorre, surge então a necessidade de encontrar novas teorias que dêem conta, de modo mais fiel, daquilo que tem lugar na vida. Há necessidade, então, de novos paradigmas científicos. A linguagem que era utilizada para descrever a realidade passa a ser anacrônica.

Não existe teoria que possa ser mais importante do que a realidade

Obviamente, é muito difícil viver momentos desta índole. Eles revelam nossas limitações, e em alguns momentos exigem uma “renovação do entendimento”. Antes, com os modelos predominantes, com o velho paradigma, os processos que experimentávamos eram compreensíveis. De repente, ou gradualmente (não importa como), as coisas inesperadas que começam a acontecer escapam a nossa compreensão. Se não me engano, essas anomalias formam parte da realidade. E, mais do que isso, começam a repetir-se. Não são as anomalias que se tornam inadequadas, mas nossos modos de conhecer, nossos métodos para penetrar a realidade e desvelá-la, nossos paradigmas para entender o mundo em que vivemos.

Nossa expectativa é de que as coisas se repitam incansavelmente. Entretanto, surgem novidades insuspeitas. Aparecem com grande dificuldade. Observamo-nas, geralmente, com muita apreensão. Mas, quando se repetem, não é possível negar as mudanças que se operam na realidade. Não há outra alternativa senão a de buscar novos caminhos, novas formas para atingir o conhecimento humano.

Novos instrumentos e novas práticas. Dito de outro modo, experimentamos uma dupla necessidade. Primeiramente, no plano epistemológico, são precisos novos instrumentos de análise da realidade. Foi o que aconteceu, por exemplo, durante o período de transição entre o fim da Idade Média e o começo dos tempos modernos: os instrumentos gnoseológicos de origem aristotélica, assim como a perspectiva geocêntrica com que

era percebida a realidade, passaram a ser totalmente inadequados. Galileu, Descartes e mais tarde Newton ofereceram contribuições importantes que, posteriormente, foram, por sua vez, novamente consideradas obsoletas. Essa perda de vigência daqueles paradigmas esteve sempre relacionada com transformações ocorridas na forma pela qual os seres humanos se relacionam com a natureza nos processos de produção, tanto econômicos como culturais.

Em segundo lugar, tão importante como o ponto anterior, é a necessidade de novas práticas. Os seres humanos experimentam a urgência de produzir sentido. O sentido da ação é um dos aspectos mais valiosos para nossa existência. Se a realidade muda, se ocorrem repetidamente acontecimentos que antes eram inesperados, não é possível continuar reproduzindo velhas formas de comportamento. A renovação do entendimento tem que ser acompanhada pela renovação das condutas. Ou, para dizer com as palavras do Evangelho: é preciso colocar o vinho novo em odres novos. Se não for assim, corremos o grave perigo de transformarmo-nos em seres anacrônicos. E, o que é pior, de perdemos o sentido da realidade. Ou, dito de outro modo, em não encontrar a Deus. Porque Deus só pode ser encontrado no real. Deus não é ficção. Deus é a substância mesma da história, da realidade. Sua revelação ocorre no meio real.

Por isso, uma das tarefas impostergáveis no momento atual consiste em reconhecer as anomalias que se estão produzindo e procurar compreendê-las. Para isso, novos paradigmas são imprescindíveis.

Julio de Santa Ana é teólogo metodista e assessora uma unidade do Conselho Mundial de Igrejas, Genebra. Tradução de Beatriz A. Martins.

CRISE DOS PARADIGMAS: ABANDONO OU REINVENÇÃO?

Daniel Aarão Reis Filho

É possível que os anos de 80 e 90 deste século passem à História como cruciais no questionamento do modelo hegemônico de revolução social elaborado em meados do século XIX

Embora se possa dizer que, desde muito antes e, especialmente, desde os anos de 1960, tenham-se diversificado e aprofundado as críticas teóricas, políticas e sociais, foi em tempos mais recentes que se evidenciou a gravidade da crise, que assume, nitidamente, caráter terminal.

A proposta desse modelo, que previa a destruição do sistema capitalista, esboçou-se no quadro da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), e assumiu maior consistência com a Internacional Socialista, cuja fase de maior influência se desdobrou entre 1889 e 1914. Após a Revolução Russa de 1917, o marxismo russo, metamorfoseado em movimento comunista, deu origem a uma variante nova, embora conservando os mesmos princípios, uma tríade de premissas básicas, interligadas, que fariam a força e o prestígio do paradigma marxista de revolução:

a) A dinâmica autodestrutiva do capitalismo, condenado à morte

Carlos Carvalho / Imagens da Terra



Exército cerca o Congresso Nacional, durante manifestação pelas "diretas já".
Brasília, 1984

pelo jogo de suas contradições internas. Nesse sentido, o fim do sistema dominante era uma necessidade, e a revolução, inevitável, inscrita na dinâmica dos acontecimentos; ou seja, era uma lei da História. Tratava-se, acima de tudo, de reconhecer o seu império. Num aforismo que se tornou célebre, a liberdade não consistiria em escolher entre opções incertas, mas em decifrar a necessidade e, em consequência, acelerar o ritmo de sua realização. Não se tratava, assim, de aspirar à revolução, de construir seus fundamentos, mas de reconhecer os sinais que balizavam a rota a ser tomada. A Revo-

lução, trazendo à vida um ser já vivo, seria, apenas, a parteira da História.

b) O agente decisivo da revolução inevitável era também nomeado: a classe operária, produto da sociedade industrial, emergente desde fins do século XVIII. Classe predestinada a emancipar a humanidade porque, ao realizar seus interesses particulares, realizava os do conjunto dos oprimidos e explorados pelo sistema. Ao contrário da burguesia triunfante, cujas perspectivas universais haviam-se esgotado rapidamente, a classe operária tinha condições objetivas, dadas por sua inserção no

modo de produção capitalista, de encarnar os interesses gerais da sociedade em luta contra um regime agônico. No quadro do apocalipse do regime capitalista, surgia o Messias capaz de abatê-lo.

c) Finalmente, e mesmo que esta proposta não tenha-se tornado evidente desde o início, o Partido de Vanguarda. Já na última década do século passado, no contexto da social-democracia internacional, o Partido aparecia como direção política e intérprete qualificado, e único, dos interesses históricos da classe operária. Criava-se, assim, uma situação ambivalente porque a classe emancipadora, por excelência, carecia de um guia que iluminasse o caminho e ditasse as perspectivas imediatas e futuras do processo revolucionário. A chave do enigma seria dada pelo caráter científico da mudança. Assim, a experiência e as lutas sociais da classe operária seriam apenas a concretização, ou a ilustração, de pressupostos a que se acedia apenas pela compreensão científica do processo global. O Partido seria este concentrado de ciência política e história, e daí extraía a legitimidade de sua condição de vanguarda, podendo, em certas condições, contrariar até mesmo a maioria da classe operária, nem sempre consciente de seus interesses a longo prazo.

O corpo de doutrina estruturado nessas premissas não resistiu à evidência dos processos sociais contemporâneos.

A resistência de um sistema. O capitalismo, como sistema, embora sempre suscitasse profundas contradições e desigualdades, e “jorrasse sangue da cabeça aos pés”, não apresentava a condição agônica anunciada. Ao contrário, após a Segunda Guerra Mundial, conheceu décadas de inédita prosperidade e, desde meados dos anos de 1970, passou a vanguardear uma nova revolução tecnológica de consequências ainda dificilmente previsíveis. A classe operária dos países capitalistas avançados, mesmo que registrasse apreciáveis conquistas sociais e políticas, parecia relativamente acomodada e de modo algum apresentava inclinações revolucionárias.

A Revolução, trazendo à vida um ser já vivo, seria, apenas, a parteira da História

Mais recentemente, como consequência das inovações tecnológicas em curso, começou a declinar fisicamente, um fenômeno inédito, pelo menos nas dimensões atuais, desde o início da primeira revolução industrial, desencadeada na Inglaterra em fins do século XVIII. O movimento social-democrata, que ascendia ao governo em vários países capitalistas, de forma exclusiva ou partilhada, se limitava a administrar e a gerir as contradições econômicas e sociais, contribuindo freqüentemente para melhorar as condições de realização do lucro, em todo o caso, sem jamais fortalecer a consciência crítica e as lutas sociais e políticas contra as bases do capitalismo.

A desintegração. O sistema socialista, ampliado após a Segunda Guerra Mundial, deixou, e cada vez mais, de se apresentar como uma alternativa credível. Revela-

FIM DE SÉCULO, FIM DAS UTOPIAS?

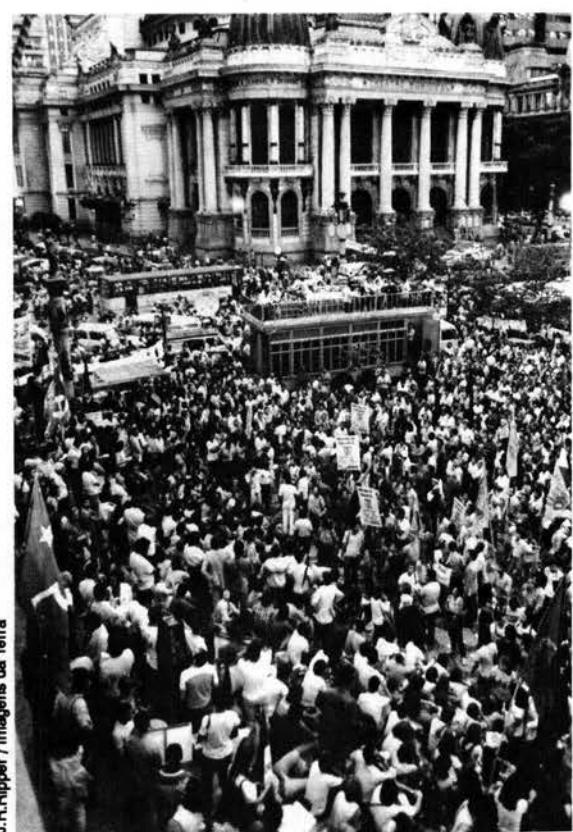
“O século XX está terminando e com ele estão terminando muitas coisas, entre as quais — certamente — algumas utopias. A história tem demonstrado que as utopias também envelhecem e morrem. Mas nem por isso podemos concluir que está encerrado ‘o ciclo das utopias’. Nada nos assegura que não poderão surgir novas utopias.

“Não sei se seria correto afirmar que o ser humano não pode viver sem utopias. Talvez seja uma afirmação exagerada, que nos força a abusar da elasticidade do conceito. Será que a utopia é a única forma possível de ampliarmos o nosso quadro de possibilidades para elaborarmos alternativas ao estado de coisas com que nos defrontamos agora?

“Há indícios de que determinadas culturas prescindiram de construções propriamente utópicas. Diversos povos, em vários períodos históricos, não deram sinal de ter precisado de utopias. Quando aparecem, entretanto, as utopias são sintomáticas: não surgem por acaso. Expressam insatisfação com a realidade presente, anseio por uma realidade melhor; e costumam ser também a manifestação de impasses e perplexidades. Quando os homens não conseguem discernir nos movimentos concretos da história uma dinâmica na qual possam basear seus sonhos, eles são muitas vezes tentados a construir castelos — utópicos — no ar.

“Quem garante que no próximo milênio os seres humanos não vão viver situações desse tipo e não vão criar novas utopias?”

Fonte: Leandro Konder, in “Revista de Arte e Cultura, PIRACEMA”, nº 2, 1994, Rio de Janeiro.



Manifestação pelas "diretas já", Rio de Janeiro, 1984

va maior capacidade de mobilizar tropas do que "massas". Embora promovesse reformas sociais substantivas, mostrava-se incapaz de envolver politicamente as próprias sociedades em que se estabelecia, as quais revelavam, sempre que lhes era possível manifestar preferências, um nível inegável de sedução pelas "realizações capitalistas". Esse processo se tornou dramaticamente visível na "viragem" dos países socialistas da Europa Central, na drástica metamorfose que levou à desintegração da URSS e no conjunto das políticas que restauraram, lenta e seguramente, o capitalismo na China.

Neste quadro, milhões de comunistas se transformaram em agentes dinâmicos dos processos ou das políticas que levaram ao fim do "socialismo realmente existente". Os movimentos revo-

lucionários do mal chamado Terceiro Mundo, que, sobretudo nos anos de 1950 e 1960, parecerem inclinar-se, ao menos em certas orientações econômicas, pelo modelo socialista, não resistiram à crise e se encontram hoje numa trágica deriva, da qual os exemplos mais ilustres e pungentes são Cuba e Vietnã.

Os intelectuais "cães de guarda" da ordem dominante apressaram-se a decretar o fim da História e a anunciar a vitória definitiva do capitalismo triunfante. As esquerdas, intimadas a "atualizarem-se", e ainda perplexas, tateiam caminhos: muitos parecem abandonar qualquer perspectiva de transformação social, resignados a "administrarem" a crise, candidatos a "gestores" de um sistema que, paradoxalmente, continua suscitando as contradições mais gritantes.

Os intelectuais "cães de guarda" da ordem dominante apressaram-se a decretar o fim da História e a anunciar a vitória definitiva do capitalismo triunfante

Reinvenção. Tempos difíceis, de desabamento de referências, de abandonos e de resignação. Tempos promissores, de horizontes que se abrem, de reinvenção e de recriação.

Novos caminhos passam pela reinvenção de critérios e de perspectivas. Mas seria ilusório imaginar que o traçado da trilha possa ser obra de algumas cabeças bem pensantes, por melhores que sejam as intenções. A reinvenção depende, como sempre, e em larga medida, de novos e originais movimentos sociais. Eles se gestam na incapacidade de o capitalismo satisfazer os interesses das grandes maiorias. Em nosso país, pelo menos, talvez seja possível imaginar que a próxima conjuntura, a ser inaugurada pelas eleições de outubro, possa criar um quadro próprio para o seu desencadeamento.

O tempo dirá se se trata de uma nova miragem. Em todo o caso, aos que não se resignam ao mero abandono, a reinvenção é única alternativa nestes últimos e difíceis anos de um século que já se foi.

Daniel Aarão Reis Filho é professor de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense (Niterói/RJ).

IGREJA E MOVIMENTO OPERÁRIO NO ABC

Heloisa Helena T. de Souza Martins
Editora Hucitec e Prefeitura de São Caetano do Sul
São Paulo – São Caetano do Sul, 1994

Resultado de um longo trabalho de pesquisa, este livro preocupa-se com a emergência de uma classe operária organizada e combativa no ABC. A tese central é a de que, na reconstrução da história operária, é preciso considerar a atuação dos militantes católicos. Um documento valioso do período de 1954 a 1975.



MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE, UTOPIA

Jorge Atilio Silva Julianelli

A poesia é conhecimento, salvação, poder, abandono. Operação capaz de transformar o mundo, a atividade poética é revolucionária por natureza; exercício espiritual, é um método de libertação anterior. A poesia revela este mundo, cria outro. Pão dos eleitos, alimento maldito.

Octavio Paz

Asituação em que vivemos tem sido descrita como de crise, e muitos afirmam ser a crise da modernidade. Moderno, primeiramente, sempre foi considerado como aquilo que não é antigo. Os tempos modernos eram os que se contrapunham aos tempos clássicos. Entretanto, a idéia de modernidade está vinculada a um conjunto de transformações relacionadas às revoluções burguesas, a partir das sociedades de mercado no século XIII.

Modernidade. Podemos, ainda que precariamente, definir modernidade como o projeto intuído e expresso especialmente pelos valores disseminados pelas revoluções políticas do século XVIII: racionalização do mundo, autonomia das esferas da arte, da moral e da ciência, e, ainda, Estado democrático e de direito, direitos uni-



versais e fundamentais dos seres humanos, trabalho humano como unidade fundamental de valor.

Evidentemente poderiam ser acrescidos outros valores, mas os que foram indicados delineiam a modernidade como um projeto em construção, fruto da marcha longa da história. Ademais, permite perceber o conjunto de patologias sociais próprias à traição desses valores ou a exacerbação de alguns deles.

A realidade construída pela distorção da modernidade é incontestável: mundo de concentração e de exclusão; queda da motivação emancipatória dos povos, com conseqüentes aceites de políticas de ajuste; enfraquecimento das utopias históricas; e queda do desejo utópico.

Poderíamos apresentar outros diagnósticos da nossa época. Esses, porém, nos ajudam a compreender as atitudes que se formam contrárias ao projeto da modernidade. Por um lado, a pré-modernidade apresenta-se claramente como antimodernidade. A modernidade não conquistou seus projetos porque estes afastavam-se das "sãs-tradições". É necessário um retorno àquelas tradições que podem deixar-nos seguros diante de tantas e tão rápidas transformações. Daí o sucesso de inúmeros fundamentalismos religiosos e de tradições místicas milenares resgatadas como solo criador de conforto. É o que alguns

sociólogos têm chamado de sagrado sociológico: resposta simbólica aos desmandos materiais. A pré-modernidade apresenta-se, assim, como solo fértil para o conservadorismo político.

Poderíamos considerar que a potência da modernidade tenha-se esgotado? A capacidade da busca emancipatória findou-se? Acabou-se a possibilidade da ação racional? Importa perceber a modernidade como um pujante processo que ainda prossegue, mesmo com as explosões místicas que temos experimentado ultimamente e que desaguam sobre nós: Pentecostalismo Autônomo, renovação carismática, Nova Era e experiências neoconservadoras e antimodernas (antiiluministas).

Pós-modernidade. A condenação ao esgotamento e ao término da

A realidade construída pela distorção da modernidade é incontestável: mundo de concentração e de exclusão; queda da motivação emancipatória dos povos, com conseqüentes aceites de políticas de ajuste; enfraquecimento das utopias históricas; e queda do desejo utópico

modernidade fez surgir a concepção da pós-modernidade. Para essa leitura o projeto moderno malograva em seus propósitos e o mundo mudou. A pós-modernidade concebe o mundo como uma totalidade, não regulada nem regulável. São desnecessárias as instâncias legitimadoras, como o foram a religião (na Antiguidade) e a ciência (na modernidade). As consequências políticas são imediatas: não se necessita de um Estado regulador do mercado, pois este por si mesmo se auto-regula. Negando também o papel regulador e legitimador da razão, alia-se às venerandas tradições antimodernas.

Essas formas de pensar não se apresentam como um processo de superação: pré-moderno no passado, moderno no presente, pós-moderno no futuro. Essas mentalidades ocorrem e afetam ao mesmo tempo o mundo.

Utopia. Na verdade, a situação atual do projeto da modernidade, na qual convivem essas mentalidades — modos moderno, pré-moderno e pós-moderno de ser — apresenta como pior fruto o enfraquecimento das energias utópicas. É certo que as utopias vinculadas às filosofias da história, que previam seus fins como necessários, malograram.

Utopia é o sonho sempre inacabado, por isso sempre renovável, reconstruível, projeto a ser realizado. É o império do vir-a-ser.

Primeiro e fundamentalmente é o questionamento da situação. A subversividade da utopia vem de sua capacidade de indicar e questionar o *status quo*. Trata-se de uma alternativa à ordem estabelecida.

Concluindo estas rápidas reflexões, vale recordar Habermas: “Um reatamento entre cultura moderna e uma prática do dia-a-dia depende de legados vitais, mas empobrecida que é pelo mero tradicionalismo, certamente só será alcançada se também a modernização social puder ser dirigida por outras vias não-capitalistas”.

CRISE DA MODERNIDADE, UM PLEONASMO

*“Eh! Cimento armado, beton de cimento, novos processos!
Progressos dos armamentos gloriosamente mortíferos!
Couraças, canhões, metralhadoras, submarinos, aeroplanos!
Amo-vos a todos vós, a tudo como uma fera.
Amo-vos carnívoramente.
Pervertidamente e enroscando a minha vista,
Em vós, ó coisas grandes, banais, úteis e inúteis,
Ó coisas modernas,
Ó minhas contemporâneas, forma atual e próxima
Do sistema imediato do Universo
Nova revelação metálica e dinâmica de Deus!”*

(Fernando Pessoa – “O Eu Profundo e os Outros Eus”).

Quando Fernando Pessoa, no início do século XX, fala dos “progressos e armamentos gloriosamente mortíferos”, ele consegue condensar num só verso o caráter profundamente ambíguo da era moderna, em que progresso e morte entoam os mesmos acordes.

Se a modernidade é “ação destrutiva” e voraz, como uma sociedade moderna estável poderá existir? Modernidade e crise, na era moderna, constituem-se quase como analogia, como processo sincrônico. Se entendemos que a própria modernidade é um projeto de crise, pelo seu caráter profundamente ambíguo, não seria pleonástico falar sobre crise na modernidade?

Fonte: “Modernidade e Crise: movimentos sociais, institucionalização e reinvenção cultural”, Glória Diógenes, in: *Novos Paradigmas e Realidade Brasileira*, Universidade Federal do Pará e Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1993.

Jorge Atilio Silva Julianelli é mestrando em Filosofia, leigo católico e integra o Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI e KOINONIA.

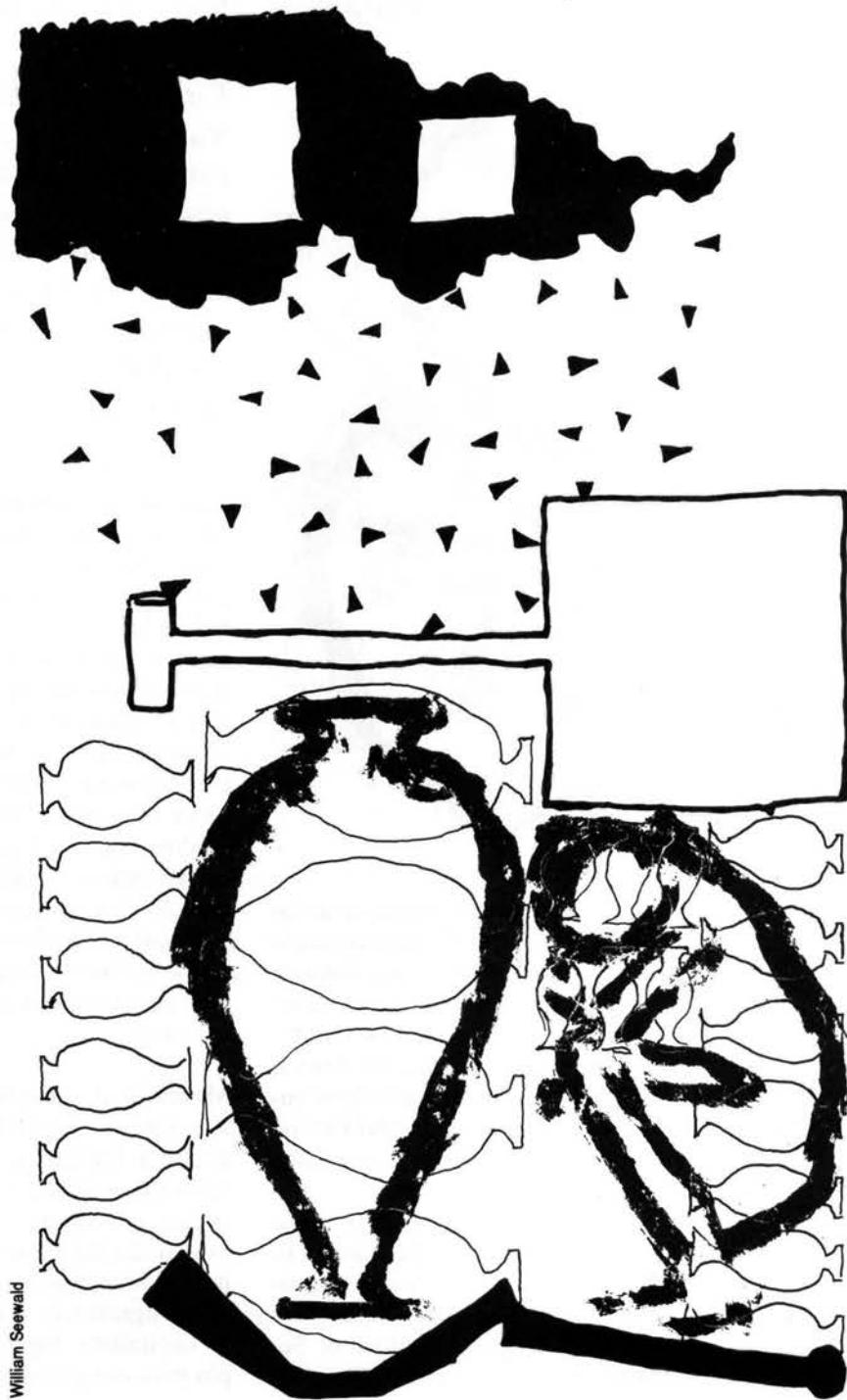
NOVO PARADIGMA ECONÔMICO

Jung Mo Sung

No atual processo econômico aspectos considerados importantes anteriormente estão sendo relegados a um plano secundário. Destacam-se no novo paradigma econômico a regulação pelo mercado, a tecnologia, a globalização da economia e as novas relações e processos de produção nas empresas

Vivemos uma época de grandes transições. Modos já consolidados de compreender e de atuar na História estão perdendo eficácia. Surgem novos enfoques e novas linguagens. Fala-se em *pós-modernidade*, sociedade *pós-capitalista* e outros “*pós*” como tentativa de mostrar que estamos em uma época de transição, sem sabermos bem ainda para onde vamos nem o que está sendo gestado. Por isso, fala-se em crise de paradigmas. Antigos padrões de reflexão e de ação encontram-se em crise e um novo padrão ainda não se firmou.

Desenvolvimentismo. No campo econômico, podemos marcar o iní-



William Seewald

cio da mudança de paradigma na década de 1970. Até o final da década anterior, existia um otimismo baseado naquilo que Celso Furtado chamou de "mito do desenvolvimento". Acreditava-se que o desenvolvimento econômico alcançado pelos países ricos industrializados podia ser difundido por todo

cimento econômico e de consumo dos países do Primeiro Mundo fosse espalhado pelo mundo afora, haveria uma crise de recursos naturais não-renováveis e um sério aumento na poluição ambiental, que gerariam um colapso no sistema econômico mundial. Em 1973 houve a primeira grande crise do

mudança. Diante de uma realidade social na qual existem cem trabalhadores e somente cinqüenta empregos, são possíveis duas posturas básicas. A primeira é dizer que faltam empregos, e, portanto, a solução é criar mais empregos com a intervenção do Estado. Essa era a postura da fase desenvolvimentista *keynesiana*. A segunda opção é dizer que sobram pessoas. A solução nesse caso seria controlar o aumento populacional. É a postura neoliberal. Os defensores dessa teoria pressupõem que o número de empregos não pode ser aumentado acima dos níveis atuais ditados pelo mercado, pois isso seria um ato de "soberba" ante os mecanismos insondáveis do mercado, soberba essa que traria consequências econômicas graves no futuro.

Além dessa mudança no "pano de fundo" das discussões econômicas, têm acontecido também grandes modificações no "cotidiano" da economia. Estão ocorrendo no mundo dois processos que contribuem para alterar profundamente as relações econômicas entre países e até dentro das empresas: a revolução tecnológica e a globalização da economia.



petróleo, que acabou reforçando a crítica ao otimismo subjacente a esse mito. Em 1974, Hayek — o papa do neoliberalismo — ganhou o Prêmio Nobel da Economia, e na conferência por ocasião do recebimento do prêmio fez uma séria crítica a toda tentativa de solucionar problemas sociais mediante a intervenção do Estado e da sociedade na economia. Para ele e outros neoliberais, não é possível buscar consciente e intencionalmente a solução de problemas econômicos e sociais como desemprego e pobreza. A única alternativa é deixar tudo por conta dos mecanismos de mercado.

Mercado. As eleições de Reagan, nos Estados Unidos, e de Thatcher, na Inglaterra, consolidaram no campo político esse novo paradigma econômico. O otimismo exagerado foi substituído por um pessimismo com ares de realismo e de religiosidade diante do mercado capitalista. Vejamos um exemplo para compreender melhor esta

mundo por meio do processo de industrialização e da modernização da economia. Com isso, fazia-se crer que o padrão de consumo do Primeiro Mundo poderia ser imitado por todos os países. Na América Latina, essa ideologia ficou conhecida como desenvolvimentismo, um pensamento econômico baseado em Keynes.

Em 1972, entretanto, foi publicado um estudo, "The Limits to Growth" (Limites para o crescimento), que mostrou a ilusão desse mito do desenvolvimento. Segundo a obra, se o padrão de cres-

Profundas modificações. Com a revolução tecnológica, a mão-de-obra não-qualificada e, portanto, barata deixou de ser importante na produção. A linha de produção está sendo substituída por equipes de produção, com produção flexibilizada, que exige pouca mão-de-obra qualificada e mais bem remunerada. Soma-se a isso o aumento da concorrência, com a globalização da economia e com a abertura do mercado, razão pela qual hoje se fala muito em "Qualidade Total" e em "Reengenharia". Busca-se com esse tipo de programa o aumento da produtividade das empresas; e, para tal, modificam-se a

cultura das empresas e suas relações internas. Empresas "modernas" buscam superar a contradição entre escalões superiores da empresa e o "piso da fábrica" — contradição expressa por "eles e nós" — por um novo tipo de relação baseado em espírito de equipe. E para consolidar este espírito de equipe em toda a empresa, está-se discutindo muito sobre "ética na empresa".

Nações tecnologicamente avançadas e setores da economia dos países do Terceiro Mundo que também estão integrados na nova economia mundial precisam cada vez menos dos países e setores tecnologicamente superados (mão-de-obra não-qualificada, matérias-primas tradicionais e alimentos têm cada vez menos importância e valor na "moderna" economia). Com isso, de uma realidade de dualidade social (por exemplo, dois "brasis", um rico e outro pobre, que mantinham relações econômicas) passamos para uma rea-

Estados Unidos-Canadá) e no "muro" que está sendo erguido em torno dos países ricos contra o que eles chamam de "invasão de imigrantes" pobres ou de "novos bárbaros".

Conhecimento. Por fim, o fator de produção mais importante hoje não é mais, como no paradigma anterior, dinheiro ou máquinas; muito menos terra. O que conta é o conhecimento. Vivemos na sociedade de conhecimento. Um exemplo patente disso é que a grande pressão do governo dos Estados Unidos em relação ao Brasil não é

nológica; globalização da economia; o lugar central do conhecimento/tecnologia; e novas relações e processos de produção nas empresas; são facetas do novo paradigma econômico que está sendo criado. As análises, os discursos e as ações políticas que utilizamos por muitos anos na luta em favor da vida digna da maioria empobrecida e marginalizada da América Latina foram gestados no paradigma anterior. Sem dúvida, muito do que fizemos e fazemos ainda tem vigência; mas não podemos ignorar que o mundo está mudando, e muito.

Compromisso. Se queremos que o nosso compromisso com a construção de uma sociedade mais humana e justa tenha mais eficácia, precisamos criar também um novo paradigma de pensamento e de ação no campo da economia e da política a fim de fazermos frente aos novos tempos. O que significa a coragem de abandonarmos as velhas certezas e a lucidez para não cairmos em muitos cantos de sereias, aparentemente críticos, mas que no fundo não passam de mascaramento de teorias a serviço de novas formas de dominação e exploração ou de cinismo diante de bilhões de pessoas que passam fome.

Esta é uma exigência que nasce de nossas lutas, seja no campo dos movimentos populares, do sindicato, da política partidária ou eclesiástica. Trata-se de um desafio teórico interdisciplinar fundamental para a continuidade das nossas lutas populares.

DESEMPREGO NO MUNDO

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os países industrializados — os que integram a Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão — têm hoje "as mais altas taxas de desemprego desde a Grande Depressão" dos anos de 1930. No final de 1994, 35 milhões de pessoas estarão desempregadas nesses países industrializados — uma taxa de desemprego de 8,6%.

Na Rússia, cresce o número de pessoas que vivem na pobreza. A OIT estima em mais de 100 milhões o número de pobres na ex-URSS. Na Itália, Bélgica e Irlanda, mais de 60% dos desempregados passam mais de um ano sem encontrar trabalho.

Na África, a situação é terrível. Cresce o número de desempregados e diminuem os salários.

Fonte: Jornal do Brasil, 27/2/94.

lidade de "apartheid" (dois "brasis" que não têm mais "vasos comunicantes"). Em termos internacionais isso aparece claramente na nova ordem econômica baseada em três pólos (Europa Ocidental, Japão com os Tigres Asiáticos, e

mais em torno da dívida externa, muito menos da garantia da propriedade privada das empresas norte-americanas no Brasil, mas sim em torno da "propriedade intelectual", ou a "lei das patentes".

Neoliberalismo; revolução tec-

Jung Mo Sung, teólogo, leigo católico, é professor no Instituto Metodista de Ensino Superior (São Bernardo do Campo/SP) e na Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção (São Paulo/SP). É autor, entre outros, dos livros *Deus numa economia sem coração* (Paulinas) e *Teologia e economia: repensando a Teologia da Liberdade e utopias* (Vozes).

A REVISÃO DA MODERNIDADE A PARTIR DOS DESAFIOS DE GÊNERO E RAÇA

Leila de Andrade Linhares Barsted

Todo o século XX foi marcado por longos e apaixonados debates, por lutas e revoluções que tinham em seu cerne a busca de formas de organização econômica, política e social que se aproximassem dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, pilares da modernidade e do projeto democrático

As sucessivas crises que os grandes modelos de desenvolvimento apresentaram nos levam, no final do século, a rever os antigos paradigmas e, ao mesmo tempo, continuar buscando um modelo de sociedade a ser construído a partir do respeito à dignidade da pessoa humana.

Os conceitos de desenvolvimento, certamente, aparecem, em nossos dias, esgarçados e fragilizados diante de experiências históricas, como a brasileira. “Desenvolvimento” significou, de um lado, a aparência de modernidade e, de outro, a exclusão de imensas camadas da população dos indicadores mínimos de cidadania, ou seja, no reverso da própria concepção de modernidade.

O olhar crítico sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro poderia partir de diversos enfoques e de diferentes atores. O mesmo

pode ser dito quanto à avaliação da proposta de modernidade que fundamentou as utopias dos séculos XIX e XX.

Uma outra visão. Esse olhar crítico deve ser, também, um olhar dos setores discriminados da sociedade. Na realidade, desde sua formulação, se o ideário da modernidade, calcado nos lemas de igualdade, liberdade e fraternidade, por um lado, tinha como fundamento uma proposta de sociedade de bem-estar social e de prosperidade, apresentava, igualmente, o marco da exclusão das mulheres e dos negros. Tal proposta já nascia acanhada, limitada, sem incorporar parcela significativa da sociedade.

Desde a década de 1970, a revisão desse modelo — a partir, especialmente, da crítica feminista e da contribuição dos estudos das relações sociais de gênero e cor — teve o mérito de radicalizar o tema da democracia e questionar os limites desse ideário, tornando mais complexa e rica a análise do tecido social como um todo.

Na realidade, essa década, em particular no Brasil, deu visibilidade, dentre tantos outros, a dois fenômenos: o questionamento do mito da democracia racial, com a denúncia do racismo; e o questionamento da cordialidade e amorsidade do homem brasileiro, a partir da denúncia de extrema violência cometida contra as mulheres.

Gênero e cor. Tais questionamentos revelaram comportamentos in-

tolerantes, assimétricos e, portanto, discriminatórios, e introduziram duas variáveis pouco consideradas nos estudos sobre a formação social brasileira: gênero e cor.

Sem dúvida, a desmistificação da democracia racial e do homem cordial é fruto do surgimento dos movimentos negro e feminista, em plena época ditatorial. Esses movimentos se fortaleceram e, ao mesmo tempo, contribuíram para o processo de redemocratização iniciado na década de 1980. Ambos questionaram os limites raciais e de gênero do modelo democrático e do próprio conceito de cidadania, tão descaracterizados e banalizados pelas elites no Brasil.

De fato, o fundamento do conceito de cidadania remete para a existência de sujeitos livres e iguais que atuam e se organizam para construir o Estado e a Nação. Isso não tem sido realidade em nosso país, nem para negros, mulheres ou para o conjunto da população trabalhadora, integrados ao bloco dos excluídos. Historicamente, o processo de desenvolvimento brasileiro tem-se constituído em um movimento de exclusão de enormes parcelas da população na participação da construção do Estado, do modelo de sociedade e do acesso às condições básicas da cidadania.

Na realidade, o ideário da modernidade, calcado nas concepções de liberdade, igualdade e fraternidade, foi pensado em contextos sociais capitalistas, de trabalho livre, de relações simétricas entre governantes e governados, entre

da nas relações internacionais e permitiram a elaboração de uma visão crítica do quanto essa variável esteve ausente no pensar sobre o modelo democrático. O movimento negro nos Estados Unidos se firmou, na mesma ocasião, a partir dessa visão questionadora do papel e condição do negro na sociedade americana.

A emergência do feminismo no centro das sociedades desenvolvidas destacou a questão de gênero, e revelou como o sexism permeia as relações sociais, definindo padrões assimétricos entre homens e mulheres.

Repensando o projeto igualitário. Tudo isso nos leva a concluir que o projeto igualitário da modernidade, às vésperas do século XXI, se apresenta inacabado. Na década de 1990, especificamente quanto às relações de gênero e de cor, caberia destacar que a

meta da igualdade entre os sexos e as etnias não apenas não foi alcançada, mas sequer inserida no projeto da modernidade.

Para o Brasil, essa avaliação poderia ser efetuada tomando-se alguns indicadores tais como: a) o estado da legislação no que diz respeito às relações de gênero e de cor; b) a participação política das mulheres e da população negra; c) as condições da participação desses segmentos sociais no mercado de trabalho; d) a violência específica contra mulheres e negros; e e) as atitudes e representações sociais de gênero e de cor.

Certamente, os resultados desse balanço, que, em termos estatísticos, pode ser medido pelo Censo e pelas diversas PNADs realizadas ao longo da década de 1980, evidenciam que a meta da igualdade não tem sido um ideal nem do Estado nem da sociedade. A ausência efetiva dessa igualdade traz à tona a reavaliação da cidadania, e quanto esse conceito é passível de ser utilizado quando as grandes massas da população são privadas de direitos ou submetidas a situações de discriminação e de desrespeito.

Se, por um lado, o balanço da desigualdade dá visibilidade a



J.R. Rapper / Imagens da Terra

MULHER E NEGRA

No mundo inteiro o peso da miséria recai, evidentemente, sobre a mulher negra. Na nova África do Sul que está surgindo, mulheres de diferentes origens étnicas, sociais e econômicas se unem para lutar por seus direitos. As mulheres sul-africanas criaram uma organização multirracial. Quase uma centena de grupos de nível nacional se reuniram para formar a Coalizão Nacional de Mulheres. A maioria das mulheres da Coalizão são brancas e negras, e falam diferentes idiomas.

O movimento engloba enormes diferenças de origem social, cultural e geográfica, assim como de condições econômicas, mas reflete a vontade comum das mulheres de participarem na política, como também preocupações comuns de mulheres e homens negros de quase todo o planeta: exclusão do exercício do poder; desigualdade no acesso à educação e ao emprego; menor remuneração; violência; etc.

Fonte: "Cadernos do Terceiro Mundo", nº 174, junho/1994.

cidadãos urbanos e rurais. Esse ideário foi problematizado a partir da questão das classes sociais, mas não o foi pelas de gênero e de cor.

Também o socialismo, nascido da mesma tradição filosófica ocidental da modernidade, reforçou a igualdade entre governantes e governados, entre agentes da produção, entre cidade e campo, mas, da mesma forma, não problematizou os aspectos de gênero e de cor.

As guerras de independência dos países africanos introduziram, na década de 1960, a questão da cor como variável a ser considera-

O ideário da modernidade foi problematizado a partir da questão das classes sociais, mas não o foi pelas de gênero e de cor

uma meta não-alcançada ou não-formulada pelo ideário moderno, também mostra uma tensão nas relações de gênero e de cor. Vieram à tona as contradições a partir da explicitação das desigualdades. Partidos políticos, sindicatos, instituições acadêmicas, movimentos sociais, imprensa e o próprio Estado finalmente "enxergam" tais desigualdades e têm, até mesmo por pudor, o cuidado de não considerá-las "naturais", "inerentes às condições biológicas dos sexos e das raças", como eram percebidas em momentos anteriores às denúncias dos movimentos negro e feminista.

Nesse sentido, se não podemos falar de mudanças efetivas e profundas nas relações de gênero e de raça, percebemos um processo lento, difícil e contraditório de alterações nessas relações. A busca pela sobrevivência e pela igualdade, pela cidadania, pelos ideais da modernidade e, também, a denúncia dos modelos de desenvolvimento excludentes, sexistas e racistas, introduziram as reivindicações de mulheres e negros no debate público. Estes têm falado sobre suas insatisfações e sofrimentos, mas também sobre seus desejos e necessidades. Tornam-se, assim, atores políticos que demandam por políticas sociais igualitárias e pelo respeito às suas diferenças.

Por outro lado, ao mesmo tempo que os movimentos de mulheres e negros lutam pelo ideário da modernidade, eles questionam, também, os limites desse ideário,

seus pontos contraditórios, em particular em países periféricos de Terceiro Mundo, com modelos de desenvolvimento excludente. Os padrões de construção do espaço público, em especial na esfera política, em sociedades como a do Brasil, com grandes discrepâncias sociais, definem um modelo de cidadania difícil de ser alcançado pela maior parte da população, em especial mulheres e negros. Por exemplo, o acesso ao emprego formal, a posse da carteira de trabalho e documentos em geral, o trato com a máquina burocrática do Estado ou com a própria iniciativa privada como o sistema bancário, o controle e a "competência" sobre o discurso público são qualificações difíceis de alcançar. Para a grande maioria da população, ser cidadão implica apenas deveres e, quase nunca, direitos.

O olhar crítico para as transformações das relações entre homens e mulheres, negros e brancos, deve problematizar não apenas essas relações, especificamente, mas as instituições, o conjunto da sociedade, o Estado e a própria idéia de modernidade e de desenvolvimento, dando-lhes uma dimensão verdadeiramente humana.

Leila de Andrade Linhares Barsted é advogada e cientista política, e dirige CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação).

Texto apresentado (com algumas alterações) no Seminário "Mulher, Desenvolvimento e Relações de Gênero", promovido pelo Centro João XXIII de Investigação e Ação Social e pelo Núcleo de Estudos sobre a Mulher, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, realizado em setembro de 1992.

RUBEM ALVES EM DOSE DUPLA

TEOLOGIA DO COTIDIANO
Meditações sobre o momento e a eternidade

Editora Olho D'Água, São Paulo/SP

Encerra uma coletânea de vinte crônicas de Rubem Alves nas quais fala das coisas simples da vida e que seguem a lógica da associação livre de idéias, como ele mesmo sempre afirma. Vale a pena conferir e se deliciar com esta leitura tão agradável.

**A ALEGRIA
DE ENSINAR**
Ars Poética e Petah Técnica & Arte, São Paulo/SP



"Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...". Com estas palavras do próprio autor, nada melhor do que adquirir o livro e lê-lo.

1 9 9 4



C E D I



PAULO AYRES MATTOS

A OUSADIA DE SUPERAR-SE MULTIPLICANDO-SE

Ao comemorarmos vinte anos de existência legal do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Instituição toma a decisão de encerrar suas atividades. É uma forma pouco rara de celebrar a caminhada iniciada logo após o golpe militar de 1964, quando pessoas ligadas à antiga Confederação Evangélica do Brasil, atingidas pela repressão militar e eclesiástica, se reuniram para buscar formas de resistência à ditadura recém-instalada. Primeiro no Centro Evangélico/Ecumênico de Informação (CEI) e depois no CEDI, desenvolveram uma proposta que se caracterizou pela ousadia, utopia e composição. A ousadia foi enfrentar a repressão sabendo que suas armas a curto prazo eram débeis perante a fúria da ditadura, mas a longo prazo poderosas quando nas mãos dos proscritos e excluídos. A utopia consistiu em construir uma sociedade socialista na qual valores da solidariedade, da participação e da comunhão fraterna pudessem encontrar lugar permanente. A composição significou reunir homens e mulheres, protestantes e católicos, cristãos e não-cristãos, de diferentes formações e atividades profissionais, no campo e nas cidades, num projeto comum de resistência à ditadura e de serviço aos setores das igrejas comprometidos na luta pela justiça e aos emergentes movimentos sociais populares.

A ousadia do CEDI colidia não apenas com a ditadura, mas também com as propostas de muitos companheiros e companheiras que foram igualmente atingidos pela repressão, alguns de forma mais dura e fatal. O CEI/CEDI preferiu estar junto de segmentos que, dentro e fora das igrejas, optaram pelo trabalho pequeno e perseverante na luta pela transformação da utopia em realidade. Não foi opção fácil; foi e continua sendo sofrida. Ela nos empurrava com maior intensidade para as situações-limite da vida e morte de nosso povo, e nos obrigava a um compromisso cada vez mais radical. Nesse trabalho sem tréguas, o CEI/CEDI foi descobrindo sua vocação e opção para trabalhar na intersecção das igrejas e dos movimentos populares.

Nossa ousadia e utopia foram animadas pela visão e compromisso ecumênicos. Primeiro, cristãos membros de diferentes igrejas evangélicas, e, depois, também católicos se encontraram juntos na luta pela justiça. No final dos anos de 1950, com a ajuda do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), e no início dos anos de 1960, com a do Vaticano II, descobrimos que nosso compromisso com os marginalizados tinha um embasamento bíblico-teológico que infelizmente as teologias de nossas igrejas não expressavam.

Em nossa caminhada na busca de tal explicitação teológica tivemos a companhia daqueles que, mesmo sem confessar a fé, compartilhavam do mesmo compromisso profético. Foi nesse convívio que crentes e não-crentes ajudaram a formular a base do que depois

chegou a ser conhecido como Teologia da Libertação. E o CEDI, dentro e fora do Brasil, foi parte integrante dessa nova maneira de ler a Bíblia e fazer teologia.

Uma experiência que a nossa utopia impôs à prática do CEDI foi a de afirmar a democracia como valor permanente e universal, até mesmo em nossas relações internas. O conviver do diferente dentro do CEI/CEDI, uma de suas características fundantes, não foi um aprendizado fácil e tranquilo para todos os participantes. O que, para muitas pessoas e organizações, parecia ser o carisma do CEDI e de outras poucas organizações similares em toda América Latina e que nos tornou uma referência ecumênica privilegiada, para nós, internamente, foi, em muitos momentos, motivo de grande sofrimento. E nem sempre soubemos resolver democraticamente os conflitos em que nos envolvemos. Apesar disso, podemos dizer que no CEDI tentamos todo o tempo não permitir que o diferente se fizesse contrário.

A abertura para responder criativamente às demandas das novas conjunturas também representou uma das características da ousadia do CEDI. A sensibilidade diante do novo marcou os momentos das grandes viradas institucionais. Assim foi que, em 1982, quando percebemos que a situação nacional indicava a possibilidade de mudanças significativas na vida do País, a entidade entendeu que suas estratégias de ação deveriam reforçar o trabalho dos novos sujeitos sociais que estavam emergindo da luta contra a ditadura

militar. Essa percepção levou o CEDI a buscar novas maneiras de atuar por meio dos Programas, que contemplavam novos campos de ação. A Instituição se expandiu durante a década de 1980, ocupando um lugar de realce perante outras entidades que atuavam agora não só para derrubar a ditadura, mas para apoiar a conquista de condições mais dignas de vida pelos setores de nossa sociedade historicamente excluídos.

No início da década de 1990, o desenho institucional do CEDI não conseguia mais responder a muitas das exigências e demandas que surgiam de diferentes segmentos da sociedade e das igrejas. O esgotamento do modelo que fez dele um referencial indispensável no mundo das entidades ecumênicas e não-governamentais levou-o a perder pouco a pouco a ousadia. A discussão, que por quase três anos se deu no interior da entidade, finalmente desaguou na inusitada decisão de se superarem as dificuldades institucionais pela multiplicação em novas organizações que pudesse dar continuidade aos seus objetivos permanentes e responder às novas demandas e exigências da conjuntura atual do País. A maturidade da decisão expressou-se na retomada da ousadia e no reconhecimento da legitimidade e credibilidade do trabalho dos diferentes Programas do CEDI pelos seus diferentes parceiros e beneficiários.

O processo de multiplicação ora em curso afirma a pluralidade como valor que legitima as propostas das quatro novas entidades já formadas. Tal afir-

As velhas casas...

mação se baseia no fato de que essas entidades, já no seu início, vão muito além das propostas e da ação desenvolvidas pelos Programas do CEDI dos quais se originaram. Elas são a continuidade na descontinuidade, pois não simplesmente reproduzem o que os Programas vinham realizando, mas todas estão sendo capazes de ultrapassá-los e de incorporar em sua formação novas experiências, novas propostas e perspectivas de trabalho e novos participantes, ampliando a abrangência de temas e desafios a serem respondidos. A ousadia das propostas das entidades recém-formadas é expressão clara de que a decisão de se superar o impasse institucional do CEDI pela multiplicação foi acertada e corresponde às necessidades da ação no presente momento.

Basta saber se Ação Educativa, Instituto Socioambiental, Koinonia e Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade serão capazes de levar adiante os objetivos permanentes do CEDI, conforme decisão de suas duas últimas assembléias gerais. Para tanto se demandarão delas muita criatividade, uma enorme sensibilidade para o novo e o diferente, grande humildade e abertura para as experiências já acumuladas por outras entidades similares. E mais: uma disposição inabalável de nos mantermos fiéis aos valores da solidariedade, da participação e da comunhão fraterna, da construção de uma sociedade em que justiça, liberdade e respeito pelo diferente sejam plenamente garantidos a todas as pessoas.

As casas velhas me comovem. Especialmente aquelas que estão fechadas, à espera de uma construtora que as compre. As vidraças quebradas, paredes descascadas, as madeiras sem pintura, partes apodrecidas pela umidade, o limo nas escadas da varanda, o jardim abandonado, as plantas crescendo selvagens...

— A casa não vale nada — diz o possível comprador. “Só vale o terreno”.

É compreensível que ele pense assim. O comprador só pensa no edifício a ser construído em seu lugar.

Mas eu olho para o passado. A casa velha está cheia de memórias.

Imagino o dia em que um homem (ou teria sido uma mulher?) resolveu construir aquela casa.

Penso em sua felicidade, vendo as paredes subir.

Depois, a vida ali dentro. O plantio do pomar, do jardim.

Aqueles quartos e salas têm muitas estórias para contar. Agora estão silenciosos. O tempo passou. Os sonhos, como as pessoas, envelheceram e morreram. Os filhos se casaram, construíram outras casas e se mudaram. Agora a casa velha, que não pode sair do lugar, espera para ser demolida...

É assim que eu penso no CEDI — uma velha casa que ajudei a construir, em cujos jardins trabalhei. Confesso que tenho saudade. E, como disse o Riobaldo, toda saudade é uma espécie de velhice.

Essa casa abrigou coisas muito boas. Primeiro, foram as esperanças ecumênicas, que eu não tenho mais. As que tenho hoje não são aquelas. Havia mais beleza. A gente acreditava mais nas igrejas. Eu confesso — e o faço sem saber se isso que eu sentia era virtude ou pecado — que tinha um orgulho enorme em ser protestante. Protestantismo era uma coragem para ficar de pé, sozinho, no meio da tempestade. Assumir a orfandade. Quando eu assisti o filme “O Piano”, e vi aquela cena maravilhosa, o piano sozinho na praia cercada de penhascos, o mar furioso quebrando suas ondas e lambendo os seus pés, eu disse para mim mesmo: “Esse piano é protestante...”. E até refiz o poema do Casimiro de Abreu, num impulso de humor poético: “Eu me lembro, eu me lembro... Era pequeno e brincava na praia. O mar bramia! E erguendo o dorso altivo sacudia a branca espuma para o céu sereno. E eu disse a minha mãe naquele instante: Que dura orquestra, que furor insano! Que pode haver maior do que o oceano? Minha mãe a sorriu olhou pra mim e respondeu: o Piano!”.

Para mim, ser protestante era isso: enfrentar o mar, sozinho, e cantar...

Coisa muito bonita! Protestantismo era Lutero, Bach, Schweitzer, Martin Luther King, música, liberdade de pensamento, montanhas altas, na companhia dos ventos frios, e uma teimosia que por nada desse mundo troca as convicções da consciência pela fala gregária das igrejas e dos partidos. Uma recusa de ser ovelha que bale do jeito como o rebanho bale. Sempre preferi a solidão dos cabritos monteses, que não têm pastor que os ponha no curral...

Pois o CEDI era um lugar onde se podia viver um pouco desse sonho! O que aconteceu com o Protestantismo, confesso que não sei. Acho que os cabritos monteses não agüentaram o balido monótono das ovelhas e mudaram para outras paragens...

Depois, nessa casa a gente falava sobre as esperanças de um futuro novo para o Brasil. Se prestarem atenção no jardim, verão que ali ainda existem algumas árvores, agora em perigo de extinção, cobertas de ervas de passarinho. Muitos galhos apodreceram e caíram. Nietzsche se referia a uma árvore chamada Futuro, onde ele iria construir o seu ninho e ali, na sua solidão, as águias lhe trariam comida. Pois estas árvores, que ainda podem ser vistas, são árvores do Futuro. Só que, com a poluição dos dias presentes, elas estão secando. Sei, sei que a esperança ainda existe. Mas elas me parecem mais arbustos de cerrado que árvores de floresta. Ou serei eu que mudei, como no verso de Thomas Antonio Gonzaga? “Mudaram-se os olhos, de triste que estou...”.

Por fim, a coisa que eu acho mais preciosa: nessa casa se cultivou a amizade. E a amizade, diferente das esperanças que precisam do futuro para viver, vive sempre no presente. A gente conversou, celebrou, cantou, jogou vôlei, comeu, bebeu, amou, vadiou. Nós fomos educados para pensar que o que importa é o ponto de chegada, a realização de um plano, e que enquanto não se chega a vida está incompleta. Guimarães Rosa pensava diferente: “A coisa não está nem na partida e nem na chegada, mas na travessia”. A vida se realiza no “momento”. *Carpe diem* — colha o dia: o Reino de Deus nos é oferecido diariamente nas pequenas coisas do cotidiano. Carlos Castañeda perguntou ao bruxo D. Juan qual o caminho a ser escolhido na vida. O bruxo respondeu que não importava. “Todos os caminhos conduzem ao mesmo fim. Escolhe, portanto, o caminho do amor”. Acho que o CEDI foi, antes de mais nada, um caminho de amor.

Das casas velhas, casas demolidas, a gente guarda a memória e a saudade. Eu sempre falarei do CEDI com saudade...

EDUCAÇÃO POPULAR ESCOLA E JUVENTUDE

AÇÃO EDUCATIVA — ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO nasceu como uma organização não-governamental que apoia e propõe programas educativos visando a ampliação da democracia, a justiça social e o desenvolvimento. Fundada em março de 1994, une a experiência de vinte anos do CEDI à de novos parceiros com ampla e reconhecida atuação na área educacional.

AÇÃO EDUCATIVA combina atividades de assessoria, pesquisa e informação. Privilegia uma atuação cultural que consolide atores sociais no âmbito da sociedade civil, pois somente numa sociedade forte, na qual os diversos segmentos têm capacidade e canais de expressão, pode realizar-se um Estado democrático.

Seus serviços estão voltados essencialmente para a defesa dos direitos educacionais dos mais pobres, assim como para a qualificação da educação praticada com eles. São tarefas que se realizam no constante diálogo com diversos setores da sociedade e na promoção do reconhecimento mútuo e da solidariedade.

Além da experiência acumulada pelo Programa de Educação e Escolarização Popular, AÇÃO EDUCATIVA herda e atualiza características fundantes do perfil institucional do CEDI. Uma delas é a valorização da sociedade civil como espaço privilegiado de atuação. Outra diz respeito aos valores ecumênicos que sempre orientaram a prática do CEDI, a democracia, a paz, a justiça e a solidariedade, a defesa da vida e do ambiente, o direito das minorias e o reconhecimento do caráter multiétnico da sociedade brasileira.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Contribuir para a redefinição das finalidades da educação e de seus parâmetros de qualidade, mediante pesquisas e análises rigorosas de suas teorias e práticas.
- Propor e desenvolver alternativas para a democratização da educação diante do contexto de crise econômica, social e do Estado na América Latina.
- Elaborar a síntese entre o paradigma da educação popular e a luta pela universalização da educação básica.
- Fortalecer as ações da sociedade civil no campo da educação, privilegiando os atores sociais marginalizados ou excluídos para que consolidem uma ação autônoma e consistente.
- Ampliar a compreensão sobre os jovens como atores sociais, potencializando sua atuação cultural e política e fornecendo indicações quanto a suas necessidades educacionais.
- Contribuir, por meio do fortalecimento dos atores sociais, para recuperar a capacidade do Estado em cumprir suas tarefas econômicas e medidas sociais prioritárias.

Ação Educativa

Assessoria, Pesquisa e Informação

DIRETORIA

- Presidente
Marília Pontes Sposito
Vice-presidente
Carlos Rodrigues Brandão
Diretora Técnica
Beatriz Bebiano Costa
Diretor-Secretário
Nilton Bueno Ficher
Diretor-Financeiro
Vicente Rodriguez
CONSELHO FISCAL
Nilde Balção
Regina Soares Jurkewitz
Waldimás Galvão

CONSELHO

- CONSULTIVO
Aparecida Sueli Carneiro
Benedito Rodrigues
dos Santos
Francisco de Assis
Ferreira
Ismar de Oliveira Soares
Luiz Eduardo Wanderley
Magda Becker Soares
Maria Machado Malta
Campos
Mirian Jorge Warde
Silvia Maria Manfredi
- SECRETÁRIO-
EXECUTIVO
Sérgio Haddad

ÁREAS TEMÁTICAS

- Ações Coletivas e Políticas Públicas
- Educação Básica de Jovens e Adultos
- Juventude: Cultura, Trabalho e Educação

MODALIDADES DE AÇÃO

Implantação e avaliação de projetos educacionais; apoio a programas de educação popular; assessoria e monitoramento de políticas públicas; produção de materiais didáticos; formação de educadores; participação em campanhas e apoio a ações coletivas visando a efetivação dos direitos sociais dos grupos populares; pesquisa, documentação, informação e comunicação em educação e juventude.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

BUSCA NOVA SÍNTESE

O Instituto Socioambiental é uma organização civil de direito privado sem fins lucrativos, fundada em abril de 1994, sob a perspectiva de que muito daquilo que, para alguns países, importa reconstruir, para o Brasil importa formular. O Instituto busca uma síntese: não agregar, simplesmente, o ambiental ao social ou o social ao ambiental, mas inter-relacioná-los.

O Instituto nasce da fusão e incorporação, a partir de janeiro de 1995: a) do patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil (PIB) do CEDI, referência nacional e internacional de informação sobre os povos indígenas e seus direitos; b) do patrimônio material e imaterial do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), organização com sede em Brasília, fundada em 1989, que se transformou numa das mais importantes para o reconhecimento dos direitos indígenas; e c) da participação, como sócios-fundadores, de um conjunto de pessoas com formação profissional e experiências importantes na defesa de direitos sociais e ambientais.

OBJETIVOS

Os objetivos do Instituto são: defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos; estimular o desenvolvimento socioeconômico por meio da gestão democrática e ecologicamente sustentável dos recursos naturais; promover, realizar e divulgar pesquisas, leis e projetos de defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos direitos sociais; e estimular e realizar estudos de caráter preventivo e participativo para combater a degradação socioambiental em todas as suas manifestações.

O Instituto pretende combinar ações com projetos demonstrativos no campo da informação, pesquisa, publicação, campanhas, cursos, capacitação, planejamento, avaliação de programas socioambientais, consultorias e serviços, apoio cartográfico e de sensoreamento remoto, inventários, perícias, ações culturais, ações judiciais, proposição de políticas públicas, formulação e gerenciamento de projetos, programas de geração de renda, programas educativos, desenvolvimento de modelos participativos de vigilância e gestão territorial, conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.

Para consolidar o Instituto, foi elaborado um projeto de transição institucional para o período de abril de

1994 a abril de 1995, viabilizando o desenvolvimento de novos temas — Biodiversidade, Unidades de Conservação, Recursos Hídricos, Recursos Minerais e Recursos Florestais —, por meio de pesquisas prévias que permitam conhecer o “estado da arte” e as possibilidades de atuação em cada um deles. O produto principal desse processo será produzir subsídios para o Plano Estratégico do Instituto e apoiar seu processo de construção institucional.

ATIVIDADES

As atividades básicas do PIB/CEDI e as ações judiciais do NDI não sofrerão ruptura. As atividades de documentação e informação do Banco de Dados sobre Povos e Terras Indígenas no Brasil serão mantidas, bem como a programação da série “Aconteceu Especial”. A série sobre etnias será transformada em Enciclopédia dos Povos Indígenas. Também terão continuidade os projetos de campo em andamento, como o Projeto de Monitoramento e Vigilância das Fronteiras do Parque do Xingu, o Projeto de Apoio às Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, o Plano de Manejo dos Recursos Florestais de Área Indígena Xikrin do Cateté e o Programa Araweté de Intercâmbio Cultural e Demarcação de Terras.

Instituto

Socioambiental

CONSELHO DIRETOR

Presidente

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

Vice-presidente

Eduardo Viveiros de Castro

Neide Esterci Enrique Svirsky

SECRETÁRIOS-EXECUTIVOS

Carlos Alberto Ricardo

João Paulo Capobianco
Márcio Santilli (Brasília)

SÓCIOS-FUNDADORES

Alicia Rolla, Ana Valeria Nascimento Araújo Leitão, André Villas Boas, Anthony Anderson,

Anthony Gross, Barbara Brambl, Brunilde Haas

de Saneaux, Clayton

Ferreira Lino, Edmar

Moretti, Fany Pantaleoni

Ricardo, Geraldo

Andrelo, Isabelle Vidal

Giannini, Jason Clay,

José Carlos Libanio,

José Otávio Proença

Soares, Juliana Santilli,

Marina Kahn, Mario

Mantovani, Minka Ilse

Bojadseen Capobianco,

Nílto Tato, Raimundo

Barros Leitão, Ricardo

Azambuja Arnt, Rubens

Mendonça, Sérgio

Mauro de Santos Filho,

Stephan Schwartzman e

Willem Pieter

Groeneveld.

COMPROMISSO RADICAL COM O ECUMENISMO

KOINONIA nasce com uma história acumulada de mais de trinta anos. Suas origens podem ser encontradas no movimento de Igreja e Sociedade (ISAL), que se desenvolveu na América Latina na década de 1950 — o Centro Evangélico de Informação (que virou Centro Ecumênico) e posteriormente o CEDI são resultados diretos dele. Além disso, resgata o sentido comunitário do testemunho e serviço ecumênicos.

OBJETIVOS

Constituída em assembleia com 52 sócios-fundadores, representativos de igrejas evangélicas e Católica, além de líderes de entidades ecumênicas e do movimento social, KOINONIA pretende traduzir em ações seu princípio fundamental, que é reafirmar o rosto mais visível da comunidade diaconal e o compromisso radical com o ecumenismo. Os objetivos serão buscados pela presença na sociedade civil, pela identificação e parceria com os historicamente excluídos do sistema, ideológica, política e economicamente, e pela crítica a todas as formas de submissão humana e de todas as idolatrias. A partir de sua herança, que é o cristianismo libertário latino-americano e o cristianismo histórico, a nova entidade buscará refazer a caminhada tendo em vista a luta em favor da dignidade, da cidadania e da solidariedade.

KOINONIA nasce num momento extremamente complexo por que passa o País. Hoje vive-se sob o domínio de um modelo econômico totalmente excludente que reduz à condição de objetos descartáveis a maioria do povo brasileiro. O neoliberalismo adquire um caráter diabólico pois consegue destruir valores como solidariedade, compaixão, amor e respeito ao próximo, imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade humana baseada na justiça, na paz e na integridade da criação.

Koinonia

Presença Ecumênica e Serviço

DIRETORIA

Presidente

Paulo Ayres Mattos

(bispo metodista, atual presidente do CEDI)

Vice-presidente

Almir dos Santos

(bispo anglicano)

Secretária

Maria Luiza Rückert

(pastora presbiteriana)

Tesoureiro

Sérgio Marcus Pinto Lopes

(pastor metodista)

Vogal

Anésia Nascimento de Jesus

(pastora anglicana)

CONSELHO FISCAL

Aurélio Viana

(antropólogo)

Gabriela Leite (socióloga)

Luiz Caetano Grecco

Teixeira

(pastor anglicano)

SECRETÁRIO-GERAL

Anivaldo Padilha

(líder metodista)

UNIDADES TEMÁTICAS

Resgatar e afirmar esses valores em nossa sociedade é o grande desafio de KOINONIA. Justamente por isso, a nova entidade vai privilegiar três Unidades Temáticas, a partir das quais orientará seu trabalho. A primeira delas — Cidadania e Dignidade — se propõe a desenvolver a consciência cidadã, mediante a promoção cultural e a solidariedade. Abrange ações que buscam fortalecer os movimentos e as instituições para a construção da cidadania, a afirmação dos direitos civis e a revalorização das questões éticas, étnicas e de gênero nas relações humanas. Nessa Unidade se incluem os projetos: Aids e Igrejas; Sociedade e Economia; e Trabalho e Cidadania.

Teologia e Pastoral é a segunda Unidade Temática, que contempla a assessoria à Pastoral e a reflexão bíblica e teológico-ecumênica. Decorrem daí as práticas que privilegiam produção de conhecimento, troca de saberes e ações diretas envolvidas com Justiça, Paz e Integridade da Criação. São abrangidos os projetos Bíblia e Unidade, Pastoral Popular Ecumênica, e Nova Teologia Latino-Americana.

Finalmente, situa-se a Unidade Ecumenismo e Cultura, cuja ênfase está voltada para as atividades de formação de caráter interno (seminários e pesquisas subsidiárias) e externo (cursos, publicações, eventos nacionais e internacionais). Busca-se unidade sem uniformidade na resposta às questões e às situações-limite apresentadas pelo processo histórico-político, como também busca-se o reforço dos valores eclesiais. Essa Unidade envolve os projetos: Cooperação Internacional e Educação Teológica; Formação Ecumênica; Egbé – Espaço Sagrado; e Cultura e Desenvolvimento.

KOINONIA, portanto, aposta no ecumenismo, na diaconia (como serviço real ao outro) e na dimensão da comunhão. Não pode existir *oikoumene* sem *diakonia*, e não pode haver *diakonia* sem *koinonia*.

MUNDO DO TRABALHO E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

OBJETIVOS

O objetivo principal do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade (NETS) é produzir e transmitir conhecimento qualificado sobre as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nos dias de hoje, dentro de uma perspectiva que considera o caráter de globalidade da reestruturação produtiva em curso e a necessidade de se propor e de se discutir um tipo de desenvolvimento econômico e social que incorpore preocupações com o meio ambiente e com a justiça social.

Com essa finalidade, o NETS pretende se constituir como um centro de referências para:

- Acompanhar, compreender, sistematizar e divulgar o modo como essas transformações afetam o mundo do trabalho, os desafios e dilemas que colocam e, sobretudo, as respostas, saídas e alternativas que vêm-se gestando em seu interior;
- Promover a interlocução entre diferentes atores (organizações de trabalhadores, movimentos sociais, pesquisadores das universidades, institutos de pesquisa e das ONGs, responsáveis pelas políticas públicas e parlamentares) para a elaboração de propostas alternativas e o desenvolvimento de ações conjuntas;
- Subsidiar as práticas e a formulação de políticas dos movimentos sociais e sindical com dados, análises e produção de material para reflexão e formação;
- Desenvolver estratégias de comunicação que atinjam tanto os sujeitos organizados da sociedade civil como a opinião pública em geral.

PROJETOS

O NETS, no triênio 1995-1997, desenvolverá estudos no âmbito das temáticas:

1. A Reestruturação Industrial, a Fragmentação da Classe Trabalhadora e a Exclusão Social, que será desdobrada nos seguintes projetos de trabalho:

- As relações entre o mercado de trabalho, a pobreza e a cidadania;
- A situação dos jovens no mercado de trabalho;
- O trabalho feminino no processo de reestruturação produtiva.

2. Os Impactos Sociais da Reestruturação Produtiva e os Novos Padrões de Ação Sindical, a partir dos projetos:

- Os impactos sociais da terceirização industrial, tomando como paradigma a indústria metalúrgica do Rio de Janeiro;
- A reestruturação produtiva e a experiência das Câmaras Setoriais;
- Os direitos sociais dos(as) trabalhadores(as) no Mercosul.

3. Os Impactos Ambientais da Política Industrial, com o estudo sobre as indústrias dos ramos químico, petroquímico, siderúrgico e de papel e celulose.

Esses projetos prevêem o desenvolvimento de estudos sobre situações paradigmáticas para a compreensão das mudanças em curso no mundo do trabalho; a organização de uma base de dados e referências informatizada sobre essas temáticas; a criação de mecanismos e produtos que divulguem essas informações visando públicos diferenciados; e o fortalecimento de atores coletivos tendo em vista a construção de novas relações entre trabalho e cidadania.

Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade

DIRETORIA

Presidente

Heloísa H. T. de Souza Martins

Diretor-Financeiro

José Ricardo Ramalho

Diretor de Projetos

Iram Jacome Rodrigues

Suplente

Osvaldo Martines Bargas

CORPO SOCIAL

Aloizio Mercadante Oliva,

Ana Paula Schettino,

Antonio Luigi Negro, Bila

Sorj, Carlos Augusto

Simões Gonçalves Júnior,

Geraldo Siqueira Filho,

Ivan Gonçalves Ribeiro

Guimarães, José Renato

V. Martins, Leila Blass,

Liliana Segnini, Leonardo

Mello e Silva, Marco

Aurélio Santana, Maria

Célia Paolli, Maria

Margaret Lopes, Maria

Silva Portella de Castro,

Marita Regina de

Carvalho, Maurício Broinizi

Pereira, Neusa Maria Dias,

Nilde Ferreira Balcão, Nilo

Sérgio de Melo Diniz,

Paulo de Carvalho, Paulo

Fontes, Paulo Sérgio

Mucouah, Rosana

Machin Barbosa, Rosiver

Pavan, Ruy de Goes Leite

de Barros, Silvia Maria

Manfredi, Vera da Silva

Telles



REAPRENDER A PENSAR UM MUNDO PLURAL E DIFERENTE

Luiz Alberto Gómez de Souza

A realidade está sempre mudando. Nossos hábitos e rotinas nos pressionam para não vermos a transformação permanente. Entretanto, há certos momentos na história em que somos obrigados a revisar nossos “paradigmas explicativos”

Depois de cinco séculos de nosso mundo moderno, vivemos uma fase de transições ou “crises seculares”, quando um período civilizatório se esgota e outro, lentamente, vai surgindo. É “a desintegração criadora do mundo industrial”, como sugere o subtítulo do livro de Thomas Roszak, “Pessoa-planeta”. No interior da desintegração vai-se configurando a si-

tuação nova. A crise é, portanto, fecunda, o fim assinala um começo. Quem gosta de estabilidade, teme esses terremotos históricos. Mas essas crises de transição não podem ser libertadoras, abrindo novas oportunidades para a sociedade?

Velhos paradigmas. Há momentos em que tomamos consciência

de mudanças radicais. 1968 foi uma ocasião dessas. Em vários lugares do mundo, os jovens saíram às ruas para proclamar: é proibido proibir. As coisas "normais" eram questionadas, até mesmo os instrumentos de análise habituais, os paradigmas utilizados pelas academias e pelos teóricos mais em voga. Dúvidas sobre os hábitos de vida e os hábitos intelectuais.

No começo da década seguinte, aparentemente houve uma volta à normalidade, o que alguns chamaram de refluxo da contestação. Porem, a rebelião dos jovens continuou, menos visível mas não menos eficaz, nos movimentos sociais que foram surgindo pelos anos de 1970 afora. Com novas propostas, nova sensibilidade, novos valores, como veremos adiante.

No marco dos quinhentos anos da modernidade, com suas apostas na razão, na ciência, no progresso e na liberdade, vivemos, nos últimos dois séculos, o desenvolvimento acelerado do mundo industrial, que começou na Inglaterra em torno de 1770. Mundo das chaminés, dirá um autor, das fábricas, da hegemonia burguesa e do surgimento contestador do proletariado europeu. 1848 foi um ano em que se visibilizaram esses novos tempos, assim como talvez 1968 indiou seu esgotamento.

No bojo desse movimento histórico tão fecundo surgiram os sindicatos operários e os partidos revolucionários. A própria idéia de revolução, ruptura política, foi característica do período, com uma modificação semântica significativa. Até então o termo "revolução" era aplicado à rotação repetitiva dos astros celestes, que voltavam sempre ao mesmo lugar ("re-voltavam"). Daí em diante a palavra significaria, ao contrário, mudança de rumo.

Esse mundo industrial, trepidante e contraditório, foi analisado

com brilho por Karl Marx, que fez a "crítica da economia política", estudando as relações econômicas, dos modos de produção e as relações políticas, da estrutura do poder. As explicações da realidade puseram atenção nas variáveis econômicas (análise do mercado) e políticas (funcionamento do Estado). Daí nasceram novas teorias (paradigmas), que privilegiaram essas duas dimensões e que desocultaram as estruturas de dominação dos setores econômica e politicamente mais fortes.

Resistência à mudança. A partir de 1968 e da crise econômica de 1972, havia a sensação de que a análise, verdadeira em muitos as-

As chaminés que surgiram na Inglaterra do século passado deixaram de ser sinais de progresso para transformar-se em agentes de envenenamento ambiental

pectos, estava incompleta. Ficavam de fora elementos vitais da realidade. Os paradigmas analíticos do mundo industrial já não satisfaziam plenamente.

Mas os hábitos de pensamento são tenazes e resistem às mudanças. Foi assim que, no início da década de 1970, em sentido inverso, ocorreu uma multiplicação de análises em que as determinações econômicas eram centrais, com a grande voga de um marxismo renovado, pela mão de historiadores ingleses, filósofos e economistas franceses, cientistas sociais latino-americano e a redescoberta de Antonio Gramsci. O interesse pelo pensamento deste último, entretanto, já trazia embutida a consciência dos limites dessas análises. Qual tinha sido uma das principais contribuições do pensador italiano? Dar importância ao mundo das superestruturas, aos espaços da cultura, das ideologias e da religião, que não poderiam ser apenas "reflexo" das determinações econômicas.

Mas a contestação principal às análises redutivas do economicis-

CRISE DE PARADIGMAS NA SOCIOLOGIA

Já em 1946, T. H. Marshall, em sua aula inaugural na Escola de Economia e Ciências Políticas de Londres, dizia: "Os sociólogos não deviam despender todas as suas energias na procura de generalizações amplas, leis universais e uma compreensão total da sociedade humana como tal. Talvez cheguem lá mais tarde se souberem esperar. Nem recomendo o caminho arenoso das profundezas do turbilhão dos fatos que enchem os olhos e ouvidos até que nada possa ser visto ou ouvido claramente. Mas acredito que haja um meio-termo que se localiza em chão firme, onde a sociologia pode escolher unidades de estudo, não a sociedade, progresso, moral e civilização, mas estruturas sociais específicas nas quais as funções e processos básicos têm significados determinados".

Em lugar das teorias globalizantes, caberia formular "pontos de apoio intermediários" (Marshall), ou mesmo "teorias de alcance médio" (Merton), de modo a atender aos desafios imediatos, localizados, setoriais, cotidianos, de normalização e ordenamento dos problemas sociais.

Fonte: "A crise de paradigmas na Sociologia", Octavio Ianni, in: *Revista Brasileira das Ciências Sociais*, nº 13, junho/1990, Rio de Janeiro.



O “outro”, numa relação de alteridade, não é apenas a repetição, mas principalmente o contraste, a diversidade

O “outro”, numa relação de alteridade, não é apenas a repetição, mas principalmente o contraste, a diversidade. E o mundo industrial se descobre não apenas poluidor e masculino, mas também branco e ocidental. Povos e raças vão-se insurgir como o outro oprimido em busca de liberação. Por ocasião dos quinhentos anos da “descoberta” da América pela Europa, em 1992, isso foi bem posto em relevo. Movimentos negros e índios denunciam o etnocentrismo branco do mundo industrial.

Gênero, raça, natureza, essas dimensões de um mundo plural rasgam, pelas práticas e denúncias, os horizontes estreitos das análises político-econômicas. Sem negar as dominações que essas apontaram, as cruzam com outras que tinham ficado à margem. Os movimentos populares tinham lutado pelo acesso à terra, ao trabalho, aos serviços essenciais de educação, saúde, comunicação, nas mãos dos posseiros, dos bôias-frias, dos sem-terra, dos operários, das associações de moradores. Nos últimos anos chegam sempre mais as mulheres (das lavradoras às profissionais), os negros, os ecológicos. Ocorrem alianças fecundas, como no caso de Chico Mendes, entre a luta pelo meio ambiente e pela terra, ou o encontro das várias dimensões nas práticas de mulheres negras das favelas.

Não há que se buscar um único sujeito messiânico capaz de dirigir a história (a burguesia no capitalismo, o proletário russo ou o cam-

mo (aí incluído também um certo pensamento liberal) ou fechadas no espaço político do Estado, não veio pelo lado da teoria mas pelas práticas novas que foram surgindo, contestadoras e subversivas. Enquanto partidos revolucionários e sindicatos, filhos do mundo industrial contra o qual se rebelavam sem superá-lo, seguiam com um pensamento tradicional, novas reivindicações e propostas apareciam, selvagens e incômodas, nos movimentos sociais.

Mundo moderno. A modernidade levara ao paroxismo a idéia de exploração da natureza pelo homem: uso e abuso. O “dominai a terra” era lido como um direito sem deveres. As chaminés que surgiram na Inglaterra do século passado, enfumaçando as paisagens límpidas dos quadros de Constable ou Turner, pouco a pouco deixaram de ser sinais de progresso para transformar-se em agentes de envenenamento ambiental. E nas últimas décadas a natureza começou também a reivindicar seus direitos, depois da aprovação consensual dos direitos do homem. Os

movimentos ecológicos levantaram as bandeiras verdes (nova cor contestadora, ao lado da vermelha tradicional), exigindo os direitos do planeta, vendo a terra como vida e mãe, Gaia.

Mas também o mundo moderno, que proclamara os direitos “do homem”, seria contestado no interior da espécie humana, pela sua metade oprimida, que desocultava uma antíquissima dominação das sociedades patriarcais. As mulheres, exigindo seus direitos, queriam tirá-los da exclusividade masculina. Começaram por reclamar a igualdade. Mas logo se deram conta de que a simples igualdade poderia encobrir uma sujeição: para serem iguais aos homens teriam de fazer-se semelhantes a eles, reconhecê-los como modelos. Passaram a reivindicar, então, o direito à diferença, a uma forma própria, feminina, de ser, conviver e produzir (e não apenas reproduzir ou ficar circunscritas ao mundo do trabalho doméstico “invisível”).

A introdução da diferença está cheia de consequências e rompe com a uniformidade dos modelos.

ponês chinês no socialismo real), mas descobrimos a pluralidade de muitos sujeitos com contribuições inesperadas. E com isso afloram nova ética e novas sensibilidades, ou voltam valores antigos que o mundo moderno e competitivo tinha posto de lado como, por exemplo, a solidariedade, a cooperação, o trabalho em mutirão, etc.

Novos paradigmas. Para estarmos atentos a todas essas transformações, precisamos revisar nossos "paradigmas explicativos". Como toda época de transição, não temos esquemas prontos e definitivos, mas somos obrigados a fazer e refazer análises, com instrumentos teóricos experimentais, caminhando por meio de hipóteses de trabalho provisórias e não da busca de inexoráveis "leis da história". Como foi dito acima, para quem prefere acomodar-se no mundo das certezas, isso pode dar vertigem. Mas para quem gosta de experimentar, há uma sensação de liberdade, de criação e de responsabilidade.

Toda essa realidade não é apenas fruto arbitrário de novas sensibilidades ou sinal negativo de desintegração. A multiplicação de sujeitos e de alternativas, isto é, de pluralismo se faz possível também por transformações materiais bem concretas ao nível das forças produtivas. O mundo industrial, a que nos referimos anteriormente, vem passando por uma profunda "revolução" tecnológica da informática e da robótica (e, mais recentemente, da engenharia genética), que, de certa maneira, o supera. Transforma-se o modo de produzir bens, e a comunicação, por meio de satélites e de computadores, passa a ser instantânea. A memória armazenada do conhecimento é enorme e permite combinações de variáveis da realidade sempre maiores.

O próprio conhecimento passa

A memória armazenada do conhecimento é enorme e permite combinações de variáveis da realidade sempre maiores

a ser a grande matéria-prima da produção de bens daqui para frente. Da mesma forma como a descoberta da imprensa, no começo da modernidade, fez voar velhos esquemas mentais e transformou os hábitos produtivos, assim a informática, com a acumulação ilimitada dos dados e sua difusão rapidíssima, abre virtualidades inesperadas para conhecer, produzir e conviver.

É verdade que, como toda transformação tecnológica, traz em si ambigüidades e vai depender de sua utilização. Pode servir, com a ajuda dos meios de comunicação, para o controle, a massificação e a uniformização, assim como pode permitir o encontro e o diálogo das diversidades, na construção de um mundo pluralista e heterogêneo. Neste último caso, práticas sociais

diferentes interagiriam umas com as outras, articulando-se em redes de comunicação, criando combinações sempre novas e variadas. Seria o fim dos modelos universais e dos paradigmas explicativos "unidimensionais", e estariamos convidados a reaprender a pensar um mundo da pluralidade e da diferença, daquelas cem flores proclamadas fugazmente na China em 1956 ("que as cem flores se desenvolvam e que todas as escolas de pensamento possam debater").

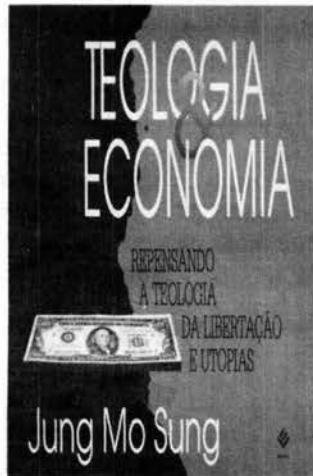
O que foi uma vã esperança, assiada logo depois pelos burocratas guardiões da ordem, poderá ocorrer num futuro não muito distante, no qual diversidades locais e articulação planetária se retroalimentem. Isso se concretizará se houver mobilização social consistente, vontade política para fazê-lo possível e imaginação criadora para ver a realidade com novos olhos.

Luiz Alberto Gómez de Souza é sociólogo, pesquisador do Centro João XXIII—Ibrates, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e autor de livros como "Classes populares e Igreja nos caminhos da história" (Vozes, 1982).

TEOLOGIA & ECONOMIA

REPENSANDO A TEOLOGIA
DA LIBERTAÇÃO E UTOPIAS
Jung Mo Sung
Editora Vozes
Petrópolis-RJ

Segundo o autor, a principal razão da quase ausência da economia na reflexão teológica da maioria dos teólogos da libertação está na difícil relação entre a teologia e as ciências do social no mundo moderno. Um livro que possibilita uma compreensão da relação da teologia com a economia.



CRISE AMBIENTAL

Lais Menezes

Somos bombardeados pelas notícias sobre a crise: desastres ambientais, secas, inundações, contaminações de alimentos, da água, do ar. Perplexos, incrédulos ou cientes, nos esforçamos para entender o significado de tudo isso. Seria a catástrofe do fim da natureza? Apenas uma leitura ambientalizada das desigualdades do sistema capitalista? Ou um elo perdido na construção de novos paradigmas, ou mesmo de uma nova utopia?

A chamada crise ambiental é comumente entendida como o ápice de um processo de rompimento de um dado equilíbrio entre sociedade e natureza. Representaria uma situação de conflito, de tensão insuportável, de catástrofe, evidenciada pela acelerada degradação do ambiente e deterioração da qualidade de vida. O meio ambiente não seria mais capaz de suportar a pressão das atividades humanas, o que acarretaria uma mudança dramática nas condições naturais e naquelas produ-



Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro

J. R. Ripper / Imagens da Terra

zidas pelos seres humanos, que ameaçaria a vida em geral.

A acelerada degradação do ambiente é um tema comprovado por parte da comunidade científica mundial. A generalização dos problemas justificaria tornar a proteção ambiental uma questão global, sem fronteiras, com dimensões planetárias, e imporia a consequente necessidade de adoção de políticas ambientais controladas internacionalmente.

Mas, embora o diagnóstico sobre a crise ambiental seja aparentemente unânime, os caminhos para sua superação são diversos. Dizer que a humanidade vive uma crise ambiental alimenta, portanto, diferentes perspectivas de interpretação sobre as relações entre as sociedades, a natureza e a apropriação dos recursos naturais.

Algumas dessas perspectivas questionam o modo de organização das sociedades e as leis que regem sua reprodução como res-

ponsáveis pelos desequilíbrios ambientais e sociais. Outras buscam soluções para a preservação do meio ambiente mediante a racionalização de sua utilização e de ajustes no modelo de desenvolvimento.

É claro que a dicotomia indicada é esquemática, pois cada perspectiva contempla nuances, tendências e, o que é mais importante, resultantes políticas diversas. Porém serve ao propósito de evidenciar alguns elementos importantes do debate como a noção de crise, o desenvolvimento como fim e a relevância do meio ambiente como indicativo de mudanças de paradigmas para a chamada sociedade global.

Sem dúvida, a crise ambiental constitui um tema complexo. É interesse dos países ricos o estabelecimento de normas de controle ambiental por encontrarem-se mais afetados pela poluição e economicamente empenhados em

combinar bem-estar material e qualidade de vida. Porém, tal atitude não é prerrogativa de categorias sociais rigorosamente definidas. Ao contrário, a adoção de soluções para a crise ambiental tem significados políticos, econômicos e sociais dificilmente mensuráveis para as sociedades. A crise ambiental é, portanto, um campo no qual as palavras e os conceitos têm significados diversos e contraditórios. É o caso, por exemplo, do "desenvolvimento sustentável", do "ecodesenvolvimento", do "ecocapitalismo" e do "ecossocialismo".

Seria difícil, nos limites deste artigo, tratar de todas as questões. Por isso, escolhemos falar de uma leitura sobre a crise ambiental bastante difundida: a perspectiva neoclássica. Ela vem informando as políticas de controle ou gestão ambiental, mesmo aquelas propostas pelos bancos multilaterais como o BID e o BIRD, buscando expandir as leis de mercado para solucionar a "racionalização" da utilização do meio ambiente.

A crítica ao desenvolvimentismo. O industrialismo e as políticas desenvolvimentistas, informados pelo paradigma keynesiano-neoclássico, postulavam o crescimento contínuo da produção e da renda. Segundo essa visão, as necessidades seriam infinitas e deveriam ser satisfeitas buscando-se uma produção também infinita.

A tecnologia seria, assim, um onipotente *deus ex machina* capaz de solucionar todos os problemas do crescimento, até mesmo a escassez de recursos naturais. Nessa perspectiva, o meio ambiente teria um papel passivo, e poderia ser usado de forma extensiva e intensiva para satisfazer as necessidades humanas.

Começou-se a falar em crise ambiental quando a pressão do modelo industrialista sobre o meio

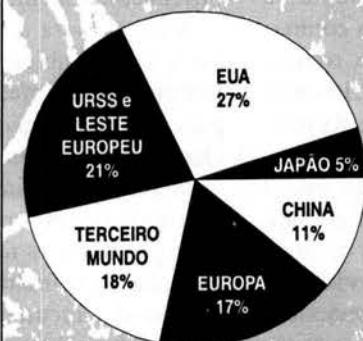
EFEITO ESTUFA: AFINAL DE CONTAS, O QUE É ISSO?

A atmosfera que envolve a Terra é composta por gases que a protegem e, ainda, funcionam como uma estufa: deixam passar a luz e conservam algum calor, de modo que a temperatura média do planeta fique em torno de 18°C.

Certas atividades humanas, no entanto, têm feito com que a concentração de alguns desses gases aumente e essa estufa modificada faz com que a temperatura se eleve, provocando: mudanças no clima; alteração das chuvas e umidade dos solos; problemas para a agricultura e a pecuária; desaparecimento de espécies animais e vegetais; proliferação de pragas; e aumento do nível dos oceanos, com inundações de cidades costeiras e ilhas.

Fonte: "Educação Ambiental, uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade", 2ª edição, CEDI/CRAB, Rio de Janeiro, 1994.

QUEM PRODUZ OS GASES REPONSÁVEIS PELO EFEITO ESTUFA



Fonte: IPC, 1990.

ambiente passou a ser indicada como insustentável devido às consequências nefastas do uso ilimitado dos recursos, a poluição, o acúmulo de dejetos no ambiente e a degradação da qualidade de vida. Ao criticar o paradigma do crescimento ilimitado, perguntava-se como seria possível crescer infinitamente em uma Terra finita.

Como consequência, foram efetuados inúmeros estudos para indicar que os limites de sustentabilidade do planeta haviam sido alcançados. As próprias expressões "planeta" e "planetário" começam a integrar o vocabulário corrente, para indicar que nosso pequeno "mundo" nada mais era do que uma nave espacial ou um sistema fechado sem maiores contatos com o exterior, à exceção da luz solar.

O que não ficava explícito ou o que não entrava no uso e abuso de análises sistêmicas era o fato de que esta "nave" possuía assentos de primeira classe e que alguns podiam ver a terra azul, enquanto outros não tinham janelas. O debate sobre a finitude do planeta explorava a lei da entropia; sugeria o estado-estacionário (a necessidade de alterar o paradigma do crescimento ilimitado); propunha o controle da chamada explosão demográfica; e indicava o esgotamento dos recursos naturais.

Esses estudos, criticando o antropocentrismo do *ethos* capitalista ocidental, buscavam entender o meio ambiente como um sistema físico e biológico global, com características finitas, no qual vivem os seres humanos e outros organismos. Mostravam, também, a eclosão de desastres ambientais. O exemplo da contaminação mercurial em Minamata (Japão) ilustrava as consequências sobre o ambiente e as populações do industrialismo do pós-Guerra. O estudo de Rachel Carson (1962), efetuado após a introdução, pela

"revolução verde", de agrotóxicos nas lavouras americanas de forma intensiva, mostrou o nível de contaminação dos rios, do solo, e a perda de espécies, até a águia, símbolo nacional dos Estados Unidos.

O debate iniciado na década de 1960 se estende até nossos dias. A Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), promovida pela ONU, consagrou o conceito do desenvolvimento sustentável, ou seja, aquele que promoveria um desenvolvimento com equidade e respeito ao meio ambiente. Mas o conceito é ainda ambíguo.

O pé invisível. Mas existe uma explicação mais simplista para a crise ambiental. É aquela postulada pela teoria neoclássica que equaciona a crise ambiental como falhas de mercado. Neste sentido seria necessário racionalizar e trazer para o mercado os chamados bens de propriedade comum, sem alterações de paradigmas, mas apenas contabilizando e controlando os recursos naturais.

A explicação neoclássica para a contaminação ambiental é simples. Em uma economia de mercado, baseada na propriedade privada dos meios de produção, os interesses individuais dos donos desses recursos os induziriam a fazer o que seria melhor para os demais ao fazer o melhor para si próprios. Refere-se ao ótimo social ou ótimo de Pareto (1923), aperfeiçoado pelo critério de Hicks (1946) para economias em concorrência imperfeita. Neste caso o "ótimo" passa a ser a distribuição dos recursos de tal forma que a melhoria do bem-estar de algumas pessoas seja suficiente para compensar a redução do bem-estar de outras, e ainda permitir um saldo positivo de benefícios (haja ética!). É legítimo, nessa economia, que o Estado assegure a concorrência mediante legislações antimonopólicas, para

garantir o direito de propriedade de cada um. Neste sentido, os recursos privados se dedicariam a usos mais produtivos.

Sendo a análise custo-benefício ferramenta fundamental para a decisão de investimentos, poderia, também, incorporar custos e benefícios ambientais com facilidade, desde que estes estivessem situados na esfera privada, atingindo a quantificação de um nível ótimo de poluição (em que produtores e consumidores maximizassem seu bem-estar).

Mas, no caso dos bens de propriedade comum, ou daqueles cujos direitos de propriedade inexistem (ar, água, "capital" natural), o cálculo se torna mais complexo. Os economistas chamam de externalidades, ou custos externos, o efeito da atividade econômica que está fora e escapa do controle normal dos processos de mercado. Exemplificando: o lançamento de efluentes de uma indústria em um rio é considerado custo zero para o empreendimento. Esta hipótese, no entanto, não é verdadeira para os pescadores que teriam perdas em sua produção. Idêntico raciocínio pode ser efetuado para o ar poluído de uma cidade industrial, e assim por diante.

A perspectiva neoclássica apontaria como solução para o controle da poluição e exploração de recursos a internalização dos custos externos, mediante taxações e imposições, baseadas no cálculo do nível ótimo de poluição. A análise custo-benefício atribuiria valores monetários às externalidades, e, assim, os projetos seriam também avaliados de acordo com os custos e benefícios sociais gerados pelas externalidades associadas.

As observações de Daly sublinham pontos importantes nesse debate, como pode ser acompanhado a seguir. "Todos usamos livremente o ar e a água, como re-

sultado de uma exploração competitiva, dispendiosa — o que o biólogo Garret Hardin chama o efeito dos espaços coletivos, os economistas do bem-estar designam deseconomias externas e eu prefiro chamar o pé invisível. A mão invisível de Adam Smith leva ao lucro próprio e privado, sem se propor a gerar um bem comum. O pé invisível leva o lucro próprio e privado a destruir a patadas o bem comum. A propriedade privada e o uso privado em um mercado competitivo dão origem à mão invisível. O uso irrestrito da propriedade pública dá lugar ao pé invisível" (Daly, 1989).

A teoria econômica neoclássica enquadra os problemas ambientais como falhas de mercado, ou dentro da perspectiva da alocação "ótima" de recursos. O mercado adquiriria o caráter de regulador desde que as externalidades, em particular aquelas relativas ao bem comum, pudesse estarem incorporadas aos custos (e benefícios). As soluções serão sempre encontradas a partir de mecanismos capazes de atribuir preços aos "serviços" ambientais, tais como taxações, impostos, cotas, entre outros.

As políticas derivadas do raciocínio neoclássico se fundamentam na expansão das leis do mercado onde estas não funcionam, até para os chamados bens de propriedade comum. A aplicação extensiva da análise custo-benefício representaria uma intervenção direta ou indireta do mercado para controlar os recursos do ambiente. Ou seja, um conjunto de mecanismos de ajustamento que busca resgatar a funcionalidade da sociedade capitalista, naturalizada como paradigma de sociedade moderna.

Lais Menezes é economista e assessora do CEDI e de KOINONIA.

A TEOLOGIA: VULNERABILIDADE DA RAZÃO

Maria Clara L. Bingemer

A identidade do cristianismo encontra-se em momento problemático, que vai refletir-se também na análise e na linguagem teológicas

Ateologia, por definição, pre-Atende ser palavra organizada, reflexão e discurso sobre este Deus que é a questão fundamental não só da fé, como da própria exis-

tência humana. Porém, sendo linguagem, é na verdade metalinguagem, palavra segunda, que vem posteriormente e se segue à experiência de Deus e à práxis no seio da qual o homem pode experimentar o transcendente e o divino sob suas distintas e imanentes manifestações.

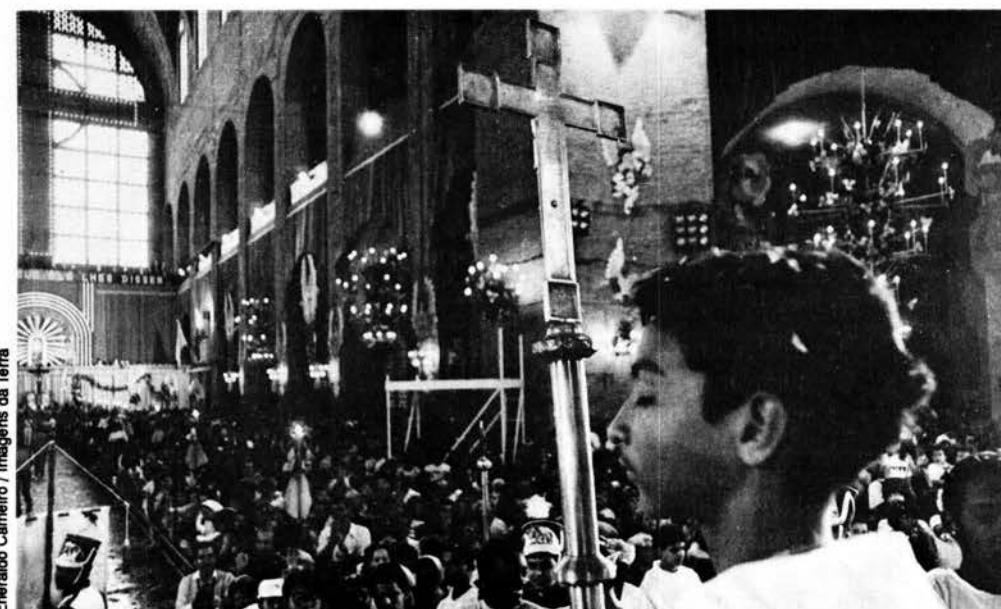
No momento em que vivemos, de crise da modernidade, de complexificação e diversificação do campo religioso, a teologia encontra-se também seriamente questionada quanto ao sentido mesmo de sua existência e sua identidade. Se a identidade do cristianismo encontra-se em momento problemático, que dizer da linguagem da teologia, que pretende a tremenda

ousadia de organizar o discurso sobre Deus com a ajuda da pobre, limitada e atualmente um tanto desnorteada razão humana?

Redescobrir a vocação. No entanto, talvez mais do que nunca seja urgente que a teologia redescubra sua vocação primordial e seu sentido, a fim de poder dizer a palavra que é específica sua e pela qual a humanidade, conscientemente ou não, anseia. Mais concretamente, trata-se, aqui e agora, para a teologia, de voltar sua atenção de maneira especial para Aquele que é o objeto central de seu conteúdo e a espinha dorsal de seu método: Deus mesmo. Essa é a única via pela qual a teologia poderia tornar-se realmente o que é e que é chamada a ser: ou seja, teológica.

Pois, em meio à complexidade e ao pluralismo da época contemporânea, o cristianismo não é chamado a deter-se, diante da crítica da modernidade e das outras expressões religiosas, numa atitude passivamente comparativa, mas, pelo contrário, no respeito da escuta e na diligência da busca, a experimentar, pensar e falar do mistério de Deus, que hoje, como sempre, continua ativo na história e na vida dos homens.

Gratuidade. Embora a teologia, necessariamente, por ser discurso humano sobre Deus, seja uma grandeza cultural moldada pela história, é inegável que seu mo-



Missa na Basílica de N. Sra. Aparecida. Aparecida do Norte/SP

mento primeiro, o que a direciona e é a condição mesma de possibilidade de sua existência, pertence a uma alteridade primeira, que antecede o falar humano e mesmo o pensar que antecede este falar. Trata-se da alteridade divina em si mesma, que, com seu movimento de graça que se dá e se entrega gratuitamente no meio da criação, suscita não só a descoberta maravilhada e agradecida de sua existência, que a tudo confere sentido, como possibilita também um pensar e um falar organizado a seu respeito. O ser humano, portanto, só pode pensar e falar sobre Deus a partir de Deus mesmo, o qual se dá a conhecer tal como é em meio à trama plural e diversificada da vida humana. De outra forma, o falar organizado sobre a transcendência indizível lhe estaria vedado.

Em se tratando de verdadeira teologia, portanto, a razão tem cidadania, porém uma cidadania que se sabe e se deseja mesmo auxiliar, segunda, servidora. Ao ousar debruçar-se e refletir sobre o mistério que, graciosamente, se revela a si mesmo, a orgulhosa razão que a modernidade erigiu em protagonista definitiva, que chegou ao extremo de tornar-se instrumental e pretender de tudo dar conta, não tem outro caminho senão o da “vulnerabilidade”, que se dispõe a ser incessantemente desconstruída e reinstituída pela revelação do mistério que sempre a ultrapassa.

Vulnerabilidade. Ao fazer-se vulnerável, então, e somente então, vê aberto diante de si o território antes inexpugnável do pensar e do falar teológicos e ousa aventurarse — ainda que com temor e tremor — a construir um discurso inteligível. Assumir dentro da racionalidade essa exigência primordial custará à teologia, talvez, a perda do prestígio mais ou menos adquirido pelo esforço de integração e

aggiornamento entre os saberes legitimados pela razão moderna. Porém lhe dará o único indispensável elemento para poder refletir e dizer uma palavra menos imprópria sobre Deus, que é mistério sempre desconcertante e jamais esgotado e que se compraz em “destruir a inteligência dos inteligentes” (cf. 1 Cor 1.19) e fazê-los

A teologia encontra-se seriamente questionada quanto ao sentido mesmo de sua existência e sua identidade

perguntar-se, atônitos e perturbados, como os escribas e fariseus diante de Jesus de Nazaré: “De onde lhe vem essa sabedoria?” (Mt 13.54).

Assumindo essa constitutiva e fundante “vulnerabilidade”, portanto, a teologia estará colocando seus passos na trilha d’Aquele que, em toda a sua trajetória de vinda ao encontro da humanidade, não se preservou, nem se aferrou a suas prerrogativas, mas despojou-se e pôde ser encontrado em tudo o que é menor, mais humilde e menos importante segundo os critérios deste mundo (cf. Fl 2.5-11).

Se a experiência de Deus é, pois, fundamentalmente, uma experiência de inter-relacionalidade e vulnerabilidade a uma Alteridade que, desde a sua absoluta diferença, ao revelar-se, não esmaga, mas atua “servindo” e “salvando”, o discurso sobre essa experiência não tem outro caminho a não ser passar pela mesma vulnerabilidade, deixando-se afetar continuamente pela alteridade inevitavelmente presente na relação aí instaurada.

Experiência de Deus. Eis aí — parece-nos — o ponto fulcral do discurso sobre Deus neste momento da história da humanidade e do próprio cristianismo. Primeiramente está o fato de que a relação a Deus, sendo inter-subjetiva, pessoal, questiona e desestabiliza certas experiências que podem ser profundamente humanas, realizadoras no nível psicológico, mas que não se situam no nível da experiência da relação real e pessoal entre sujeitos, ainda que não entre iguais.

Em segundo lugar, está a constatação de que essa experiência afeta em profundidade o discurso sobre a relação que é, em suma, o que aqui entendemos por “teologia”. Por outro lado, porém, esta dimensão necessariamente outra, afetada e alterada da experiência de Deus e do discurso organizado sobre ela, torna a teologia muito mais exposta e sujeita a não poder dar-se e construir seu discurso senão de forma *kenótica*, despojada.

Há que estar atento, no entanto, para a forma que reveste esta *kénosis* do discurso teológico hoje, talvez diversa da de ontem. Se, em pleno apogeu da modernidade e da secularização, a linguagem explícita sobre Deus procurava caminhos indiretos para dizer-se, em nome do respeito à pluralidade e à liberdade religiosas, tentando achar vias de diálogo com o ateísmo e o agnosticismo modernos, muitas vezes optando pelo testemunho silencioso, em que só o gesto ecoava e a ética era o único denominador comum possuidor do diálogo, hoje a situação parece diversa.

Sede de transcendência. Talvez a vulnerabilidade maior e mais exigente consista, neste momento, em voltar ao anúncio explícito e ao discurso assumidamente religioso, místico, para falar de Deus. Não como oportunismo ou para

conseguir um lugar no imenso supermercado de ofertas em que se transformou o campo religioso, no qual cada um pode fazer uma receita ao seu gosto. Mas para fazer ressoar, em meio à pluralidade de denominações que evocam hoje a sede de transcendência e de espírito que assola a humanidade, um Nome que pode ser invocado porque revela a identidade de Alguém que continua amando e chamando o homem a um diálogo permanente de amor e comunhão.

A vulnerabilidade maior e mais exigente consiste, neste momento, em voltar ao anúncio explícito e ao discurso assumidamente religioso, místico, para falar de Deus

Foi esse nome que Jesus de Nazaré designou como Pai. E é esse nome que, ao mesmo tempo que se enraíza no interior das necessidades psíquicas mais fundamentais do ser humano, exprime o Ser divino mais transcendente, o totalmente Outro.

Nomear Deus como Pai, reconhecer sua paternidade e experimentá-la de fato é reconhecer seu fundamento e sua origem fora de si mesmo e deixar que todas as dimensões da vida se organizem em relações de solidariedade e fraternidade, livre e verdadeira. É proclamar, em suma, que a paternidade divina não é projeção insegura nem construção humana, como já foi dito até a exaustão por tantos críticos da religião, mas a Revelação de Deus como Pai de um Filho único, salvador dos homens.

Relação solidária. Sem confundir essa experiência com a simples

ANOMALIA NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

O processo de esvaziamento, que diminuiu "a força histórica" da Teologia da Libertação, foi a ausência de temas importantes e vitais para as lutas populares — tais como a questão do socialismo-capitalismo, a substituição do desenvolvimento pelo neoliberalismo como ideologia hegemônica na América Latina, e o problema da dívida externa. Temas que deveriam ocupar lugar de destaque na reflexão teológica da libertação.

A quase ausência de um assunto central revela a ocorrência de uma anomalia na Teologia da Libertação. Anomalia aqui, no sentido de uma certa inadequação, um descompasso entre a linguagem teológica da libertação e as práticas históricas e seus desafios.

Fonte: "Teologia & Economia — repensando a Teologia da Libertação e utopias", Jung Mo Sung, Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.



7ª Romaria da Terra, Macaé/RJ, 1993

busca de sensações ou de compensação afetiva que pode caracterizar a forma que tomam muitas manifestações religiosas hoje em dia, parece-nos que a teologia cristã se encontra — talvez mais que nunca neste momento da história — desafiada pela questão fundamental de Deus, que é o centro de seu discurso, e pelo modo de dizê-lo aos seus contemporâneos. Pode ser temerário pretender traçar um perfil do Deus Inefável e Indizível. Mas, se esse mesmo Deus se deixar experimentar em espírito e em verdade e também na carne humana assumida e redimida pela Encarnação do Verbo, essa experiência será necessariamente possível de ser dita.

Esta deveria ser, pois, a ocupação primeira da teologia hoje, que seria, sempre mais, uma teologia "mística", não só porque estaria centrada na reflexão sobre o que lhe é próprio, ou seja, a revelação e experiência do "mistério", mas também porque tomaria, cada vez mais, a forma não da especulação abstrata, mas da narração das relações solidárias, compassivas e amorosas do homem com Deus.

Maria Clara L. Bingemer é teóloga e professora na PUC/RJ.
Extraído do livro *Alteridade e vulnerabilidade*, Ed. Loyola.

DEUS PEDE CONTA À CIDADE

José Geraldo Costa Grillo

*A voz de Iahweh convoca
a cidade:
Ouvi, tribo e assembléia
da cidade!*
Miquéias 6.9



Miquéias é um profeta do século VIII a.C., originário de Morasti, pequena localidade agrícola do reino de Judá. Vários indícios, como a linguagem e os temas abordados, apontam a condição camponesa dele.

A crítica profética de Miquéias direciona-se contra a corrupção do sistema estatal e contra o latifúndio. Assim, a profecia dele acontece no contexto da exploração do campo pela cidade; e consequentemente sua análise dos males da cidade está delimitada por esse contorno. Contudo, isso não diminui a contribuição que sua profecia traz para uma análise dos problemas urbanos hodiernos. Pelo contrário, o fato de ele ter atacado mais as causas que os efeitos de tais males já é um princípio metodológico a seguir; isso porque, apesar de o contexto e a forma serem diferenciados, as causas podem ser as mesmas.

Os grandes centros urbanos brasileiros estão marcados pela violência; agora sob a tutela do crime organizado, como o narcotráfico, o jogo do bicho, etc, hoje apelidado de “poder paralelo”. Mas o que produz nestas sociedades estes organismos? A resposta é evidentemente difícil; entretanto, uma coisa é certa: o “poder paralelo” não é causa, mas sim efeito; e o modelo social no qual ele existe e dele se beneficia é uma das causas, a saber, a cidade.

No entanto, é a cidade um mal em si? Evidentemente não. A questão é que a cidade não é algo isolado, pelo contrário, ela acontece dentro de um contexto maior que é o Estado, no caso o Brasil.

A vida humana não é um fenômeno recente, já tem uns milhares de anos. Apesar disso, José Comblin chama atenção para o fato de nunca ter havido uma reflexão adequada para essa vivência; faltou no âmbito público um planejamento, e, mesmo no campo eclesiástico, uma teologia da cidade.

Urbanistas contemporâneos têm retornado ao antigo conceito de política como “a arte de governar a *polis*”, entendendo o homem como o ser *zoom politikon* de Aristóteles. Mas o conceito aqui de que o homem é um ser da cidade não implica uma cidade em específico, mas sim uma vivência. Vivência esta que acontece no contexto do Estado, que tem uma função. E é justamente aqui que se levanta a questão: qual é a função do Estado? Dentre muitas, ele tem uma atuação socioeconômica, e dentro desta esfera não pode prescindir da destinação e uso dos recursos arrecadados. E a forma

mais significativa do gasto público é com a segurança social.

Agora, olhando para a realidade brasileira, notam-se os graves problemas que tocam a segurança social. As funções básicas da segurança social estão em crise: a proteção da saúde; a manutenção do nível de vida; a garantia de um mínimo de subsistência; e a adaptação e valorização dos recursos humanos. Dentre os fatores diretamente ligados ao Estado que projetaram esta crise, os mais importantes são: a desaceleração do crescimento do PIB; o desemprego estrutural; a inflação; e, por fim, o mais drástico de todos, a corrupção da máquina administrativa. Talvez a segurança social esteja sendo vítima de seu próprio crescimento, nem sempre planejado e cada vez mais burocrático, tornando-a desumanizada e desumanizadora.

Esta análise não justifica o “poder paralelo” como algo necessário (Gilberto Dimenstein, Folha de S. Paulo, 14/4/94); mas um Estado corrupto, com um sistema previdenciário à beira do caos e um sistema capitalista (selvagem!) que implica o enriquecimento de um grupo cada vez mais seletivo e o empobrecimento da grande massa, certamente é uma das causas deste mal social.

A questão agora é: Como a crítica profética de Miquéias pode contribuir para uma análise dos problemas urbanos contemporâneos?

Miquéias faz de sua profecia um processo de julgamento, e diz que isto se dá “por causa da transgressão de Jacó, e dos pecados da casa de Israel” (1.5a). Mas de que

se trata? Qual é a acusação? É a “cidade corrupta”: “Qual é o crime de Jacó? Não é Samaria? Qual é o pecado de Judá? Não é Jerusalém?” (v.5bc). O texto de 3.1-12 pode servir de eixo para uma análise do livro como um todo.

O profeta, diante da resistência e da oposição que sua crítica produz, apegia-se à sua vocação: “Eu, porém, estou cheio do poder do Espírito de Iahweh, cheio de juízo e de força, para declarar a Jacó a sua transgressão e a Israel o seu pecado” (3.8). Assim Iahweh, na voz do profeta, convoca a cidade: “Ouvi agora, vós cabeças/chefes”.

Na primeira parte (3.1-8), Miquéias repreende os chefes (vv.1-4) e depois os profetas (vv.5-8). Os chefes são os cabeças, aqueles que detêm algum poder, que ocupam postos de direção. Para os profetas, eles são como “canibais”: “Comeram a carne do meu povo, arrancaram-lhe a pele, quebraram-lhe os ossos, cortaram-no como carne na panela, e como vianda dentro do caldeirão” (v.3). Os profetas são os que assessoram os governantes. A função deles é aconselhar o governante para que exerça um governo justo. Entretanto, corrompidos pelo dinheiro, vendem-se aos interesses dos poderosos: “fazem errar o meu povo, que clamam: Paz! quando têm o que mastigar, mas apregoam a guerra santa contra aqueles que nada lhes metem na boca” (v.5).

O que Deus faz com esses chefes e profetas? Com os primeiros, esconde a face e não responde (v.4). Quanto aos profetas, Deus impõe-lhes escuridão total e também não responde (vv.6-7).

Na segunda parte (3.9-12), Miquéias continua censurando os chefes (vv.9-10), os juízes (v.11a), os sacerdotes (v.11b) e os profetas (v.11c). Contra os chefes, a acusação é direta: eles têm horror ao juízo e distorcem tudo o que é direito. A consequência de seus atos é que

a cidade é construída com a perversidade que consome vidas: “vós que edificais Sião com sangue e Jerusalém com injustiça” (v.10). Com o grupo do versículo 11, Miquéias constata que na “cidade” a corrupção é generalizada, tudo se compra, até os juízes, os sacerdotes e os profetas. O mais impressionante de tudo isso é a visão que este grupo tem dos acontecimentos: “E eles se apóiam em Iahweh dizendo: ‘Não está Iahweh em nosso meio? Não virá sobre nós a desgraça!’” (v.11d); eles estão certos do apoio de seu Deus.

Entretanto, o quadro pintado pelo profeta é algo “caótico”. No clima de guerra que devasta a região (1.8-16), os latifundiários, beneficiados por esse esquema de corrupção, tomam as propriedades dos pequenos e desprotegidos (2.1-2); são os que “têm o poder em suas mãos”. E o que mais impressiona são os métodos usados por eles para despojarem, escravizarem mulheres e crianças, cobrarem juros exorbitantes (2.8-10). E mesmo aqueles que conseguem permanecer com suas propriedades enfrentam o problema da comercialização de seus produtos: “Posso eu suportar uma medida falsa e um efá diminuído, abominável?” (6.10-11). “Ai de mim!” (7.1), o profeta grita desesperado; a cidade se tornou uma selva: “Todos estão à espreita de sangue, cada qual persegue o seu próximo... O príncipe exige, o juiz julga por suborno e o grande expressa a sua ambição” (7.2b-3).

O que Deus faz quando as coisas estão assim? “Portanto, por causa de vós, Sião será lavrada como um campo, e Jerusalém se tornará em montões de ruínas, e o monte do templo numa colina coberta de mato” (3.12).

Se, na parte anterior, o silêncio de Deus foi a forma de punição, agora esta se dá por seu agir devastador. Esta é a sentença do proces-

so de Miquéias. Mas ainda não está em sua forma final; ao menos, se houver mudança: “Devo carregar a ira de Iahweh, porque pequi contra ele, até que julgue a minha causa e restabeleça o meu direito; ele me fará sair à luz, e eu contemplarei a sua justiça”. “Qual deus é como tu, que tira a culpa e perdoa o crime, que não guarda para sempre a sua ira, porque prefere o amor?” (7.9,18).

Assim, nesse contexto, o profeta se mostra esperançoso; ele consegue visualizar dias melhores. Em lugar da cidade corrupta, a cidade redimida: “E acontecerá, no fim dos dias (...) Vinde, subamos a montanha de Iahweh, para a casa do Deus de Jacó. Ele nos ensinará os seus caminhos e caminharemos pelas suas vias. Porque de Sião sairá a Lei, e de Jerusalém a palavra de Iahweh” (4.1-2).

Tanto a situação da época de Miquéias como a do Brasil é desesperadora. Contudo, é justamente nas situações críticas que brota a esperança. Talvez a maior contribuição desse profeta camponês seja sua visão escatológica, que parece entender o *escatón* não como o último de uma série, mas sim o que no presente possibilita uma perspectiva de futuro. A história não precisa, necessariamente, desembocar no caos que a situação presente parece denunciar.

A situação pode ser mudada. Para Miquéias, era uma questão de vigorar na cidade a “Lei e a palavra de Iahweh”. Para o Brasil, a questão é a elaboração de um projeto político. Um projeto voltado para a vida, que dignifique a pessoa humana, que lhe proporcione a cidadania plena. Se isso for feito com seriedade e por gente comprometida, haverá futuro.

José Geraldo Costa Grillo é presbiteriano e professor de Novo Testamento no Seminário Presbiteriano do Sul (Campinas/SP).

CEDI: PUBLICAÇÕES

1968

DUMAS, André. *Ideologia e Fé: o pensamento cristão em face das ideologias contemporâneas*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed. 86 p.

1972

ALVES, Rubem et al. *Liberdade e Fé*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed. 134 p.

1974

ARIAS, Mortimer. *Salvação hoje: entre o cativeiro e a libertação*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed.; Petrópolis: Vozes. 172 p.

1975

DIAS, Zwinglio Mota. *Discussão sobre a Igreja*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed. 98 p.

FERREIRA, Julio Andrade. *Erasmo Braga: profeta da unidade* – uma vida a descoberto. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed. 149 p.

1976

SODEPAX. *A procura de uma nova sociedade: participação cristã na construção de novas relações entre os povos*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed. 40 p.

1978

REPRESSÃO na Igreja no Brasil: reflexo de uma situação de opressão (1968-1978). Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed.

1980

SANTA ANA, Julio de. *A Igreja e o desafio dos pobres*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed. Petrópolis: Vozes. 149 p.

1981

ALVES, Rubem. *Creio na ressurreição do corpo: meditações*. Rio de Janeiro: CEDI. 73 p.

RICARDO, Carlos Alberto, coord. *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo: CEDI. 154 p. (v.5, Javari).

ZÉ DILUCA. *Peleja das piabas do araguaia com o tubarão besta fera*. São Paulo: CEDI. 64 p.

1982

IMÁGENES de vida: estudos bíblicos preparatorios para la VI Asamblea del CMI. Rio de Janeiro: CEDI. 51 p.

1983

ALVES, Rubem. *Poesia, profecia, magia: meditações*. Rio de Janeiro: CEDI. 80 p.

CMI. Comissão de Fé e Constituição. *Batismo, Eucaristia, Ministério*. Rio de Janeiro: CEDI/CONIC. 55 p.

MISSÃO e evangelização: uma afirmação ecumênica. Rio de Janeiro: CEDI. 40 p.

POETAS do Araguaia. Rio de Janeiro: CEDI. 132 p.

POULTON, John. *A celebração da vida: uma reflexão teológica sobre o tema "Jesus Cristo – a vida do mundo"*. Rio de Janeiro: CEDI. 68 p.

RICARDO, Carlos Alberto, coord. *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo:

CEDI. 267 p. (v.3, Amapá/Norte do Pará).

A *TRANSNACIONALIZAÇÃO da América Latina e a Missão das Igrejas*. Rio de Janeiro: CEDI. 52 p.

VARAL de lembranças: *histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: União Pró Melhoramentos dos Moradores da Rocinha/Tempo e Presença Ed./SEC/MEC/FNDE. 179 p.

ZANONI, Mary; HADDAD, Sérgio, coord. *Poronga: cadernos de português, matemática e do monitor*. São Paulo: CEDI; Rio Branco: Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia.

1984

ABUMANSUR, Edin Sued; SANTA ANA, Julio de, orgs. *Jesus Cristo, a vida do mundo*. São Paulo: Sagara-na. 128 p.

CEDI. Programa "Educação e Escolarização Popular". *Um debate sobre alfabetização de adultos: metodologia e material didático*. São Paulo: CEDI. 88 p. (mimeografado).

1985

ALIANÇA REFORMADA MUNDIAL. *Chamados a dar testemunho do Evangelho hoje*. Rio de Janeiro: CEDI. 46 p.

CEDI. Programa "Movimento Camponês e Igrejas". *Quem tem medo da reforma agrária: dossiê das reações ao 1º PNRA*. Rio de Janeiro: CEDI. 86 p.

RICARDO, Carlos Alberto, coord. *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo: CEDI. 255 p. (v.8.II – Sudeste do Pará-Tocantins).

SHAULL, Richard. *De dentro do furacão: Richard Shaull e os primór-*

dios da Teologia da Libertação. São Paulo: Sagarana. 222 p.

1986

ASSOCIAÇÃO ECUMÉNICA DE TEÓLOGOS DO TERCEIRO MUNDO. *Identidade negra e religião: consulta sobre cultura negra e Teologia na América Latina*. Rio de Janeiro: CEDI; São Bernardo do Campo: Ed. Liberdade. 201 p.

CASTRO, Emilio. *Servos livres: missão e unidade na perspectiva do Reino*. Rio de Janeiro: CEDI. 121 p. (Coleção Protestantismo e Liberdade, 2).

CEDI. Dossiê Constituinte. Rio de Janeiro: CEDI. 212 p.

CEDI. Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário". *A CUT nas campanhas salariais de 1985*. São Paulo: CEDI. 72 p. (Contribuições ao Debate, 1).

_____. Primeiro de maio: 100 anos de luta. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de SBCD. 38 p.

RICARDO, Carlos Alberto. *Povos Indígenas do Vale do Javari*. Manaus: Campanha Javari. 60 p.

SANTA ANA, Julio de. *Pão, vinho e amizade: meditações*. Rio de Janeiro: CEDI. 146 p.

1987

ALVES, Rubem. *Pai nosso: meditações*. São Paulo: CEDI/Paulinas. 148 p.

BALCÃO, Nilde; TEIXEIRA, Maria Goreti. *Fundo de greve: da resistência à autonomia sindical*. São Bernardo do Campo: Associação Beneficiente e Cultural dos Metalúrgicos de SBCD. 36 p.

BARREIRO, Julio. *A experiência da*

fé: variações sobre o homem da Bíblia. Rio de Janeiro: CEDI. 174 p.

BARTH, GÜNTHER. *Evangelização no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: CEDI. 85 p.

CEDI. *Dossiê Constituinte II: as grandes questões nacionais e as propostas populares*. São Paulo: CEDI. 170 p.

CEDI. Programa "Educação e Escolarização Popular". *Universidade da Zona Leste: dossiê*. São Paulo, CEDI. 90 p.

CEDI. Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário". *História dos metalúrgicos de São Caetano*. São Paulo: CEDI. 132 p. (Contribuições ao Debate, 2).

CEDI; CONAGE. *Empresas de mineração e terras indígenas na Amazônia*. São Paulo: CEDI/Conage. 86 p.

CEDI. Programa "Povos Indígenas no Brasil"; MUSEU NACIONAL. Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil. *Terras Indígenas no Brasil*. São Paulo: CEDI. 148 p.

MERCADANTE OLIVA, Aloízio; RAINHO, Luis Flávio, coord. et al. *Imagens da luta: 1905/1985*. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico. 272 p.

1988

BARROS, Ruy de Góes Leite de; PEREIRA, Maurício Broinizi; VASCONCELOS, José Domingos Teixeira. *Os trabalhadores e a indústria bélica. Apoio Sindical*, São José dos Campos: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Caçapava e Jacareí, n. 1. 28 p.

BARROS, Ruy de Góes Leite de; PEREIRA, Maurício Broinizi; VASCONCELOS, José Domingos Teixeira. *De Angra a Aramar: os militares a caminho da bomba*. São Paulo: CEDI/Desep-CUT; Sorocaba:

Nemi/Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba. 142 p.

CEDI. Programa "Educação e Escolarização Popular"; MEB. *O ribeirinho: cartilha*. Brasília: MEB; São Paulo: CEDI.

CEDI. Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário". *Italianos e movimento operário no Brasil*. São Paulo: CEDI/CUT. 56 p.

HADDAD, Sérgio; FREITAS, Maria Virginia de. *Diagnóstico dos estudos e pesquisas sobre cursos supletivos – função suplência – via rádio, televisão e correspondência*. São Paulo: CEDI. 159 p. (mimeografado).

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara di. *Diagnóstico dos estudos e pesquisas sobre políticas, estrutura e funcionamento do ensino supletivo na função suplência: relatório final*. São Paulo: CEDI. 3 vol. (mimeografado).

HARA, Regina. *Alfabetização de adultos: ainda um desafio*. São Paulo: CEDI. 56 p. (Série Documentos, 1).

MACIEL, Elter Dias. *O drama da conversão: análise da ficção batista*. Rio de Janeiro: CEDI. 102 p.

MARTINS, José de Souza. *A escravidão em São Bernardo, na Colônia e no Império*. São Paulo: CEDI; Santo André: Pastoral do Negro. 46 p.

_____. A escravidão em São Caetano (1598-1871). São Paulo: CEDI; São Caetano do Sul: Associação Cultural Recreativa e Esportiva Luis Gama/Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Caetano do Sul. 28 p.

1989

CEDI; CCPY; CIMI. *Roraima: o aviso da morte*. São Paulo: CEDI/CCPY; Brasília: Cimi. 50 p.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE XAPURI; CUT. *Chico Mendes*. São Paulo: CEDI. 36 p.

CONSULTA NACIONAL "IGREJAS E DÍVIDA EXTERNA" (27-30/3/89, Rio de Janeiro). [Documentos]. São Paulo: CEDI; Salvador: Cese; Porto Alegre: Conic. 28 p.

Dívida Externa e Igrejas: uma visão ecumônica. São Paulo: CEDI. 267 p.

HADDAD, Sérgio. *Promoção de programas de alfabetização, pós-alfabetização e educação de adultos com a vinculação das instituições de ensino superior do Brasil*. São Paulo: CEDI. 53 p. (mimeografado).

HADDAD, Sérgio; CARVALHO, Célia Pezzolo; FISCHER, Nilton Bueno et al. *Educação de jovens e adultos trabalhadores em debate*. São Paulo: CEDI. 42 p. (Série Documentos, 2).

MARASCHIN, Jaci. *O espelho e a transparência: o credo niceno-constantinopolitano e a teologia latino-americana*. Rio de Janeiro: CEDI. 270 p. (Coleção Protestantismo e Libertação, 3).

SCHILLING, Paulo R. *A dívida externa e a privatização do Estado*. São Paulo: CEDI. 26 p. (mimeografado).

_____. *A dívida externa e o imperialismo na penúltima década do século XX*. São Paulo: CEDI. 24 p. (mimeografado).

SCHWANTES, Milton. *Projetos de esperança: meditações sobre Gênesis 1-11*. Rio de Janeiro: CEDI; Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sínnodal. 93 p. (Coleção Deus Conosco).

SPOSITO, Marília Pontes; RIBEIRO, Vera Maria Masagão. *Escolas comunitárias: contribuição para o debate de novas políticas educacionais*. São Paulo: CEDI. 34 p. (Série Documentos, 4).

VIANNA, Aurélio. *Hidrelétricas e meio ambiente: informações básicas sobre o ambientalismo oficial e o setor elétrico no Brasil*. Rio de Janeiro: CEDI. 42 p. (Série Documentos, 3).

1990

ALMEIDA, Maria Isabel de, ed. *Memória do Fórum de Políticas Municipais de Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: CEDI. 97 p.

BUSS, Paulo Wille; WILLE, Hermann; DREHER, Martin N. *Lutero*. Rio de Janeiro: CEDI. 61 p. (Série Leituras da Bíblia, 1).

CEDI. Programa "Educação e Escolarização Popular". *Analfabetismo no Brasil: Ano Internacional da Alfabetização (materiais de imprensa 89-90 & dados básicos)*. São Paulo: CEDI. 12 p.

CEDI. Programa "Povos Indígenas no Brasil"; MUSEU NACIONAL. Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil. *Terras Indígenas no Brasil* (ed. revista e atualizada). São Paulo: CEDI. 150 p.

CEDI; CCPY; CIMI; NDI. *Yanomami: a todos os povos da Terra*. São Paulo: CEDI/CCPY; Brasília: Cimi/NDI. 48 p.

COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA (Windsor, set. 1981). *Relatório final*. Rio de Janeiro: CEDI. 143 p. (Série Oikoumene).

ENCONTRO NACIONAL SOBRE DÍVIDA EXTERNA (13-15/9/1989, Brasília, DF). [Memória]. São Paulo: CEDI; Rio de Janeiro: IBA-SE. 22 p.

FÓRUM DE POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. *Educação de jovens e adultos: subsídios para elaboração de políticas municipais*. São Paulo: CEDI. 44 p. (Série Documentos, 5).

HADDAD, Sérgio, coord.; RIBEIRO, Vera Maria Masagão; NAKANO, Marilena; JÓIA, Orlando. *Metodologia da alfabetização de adultos no Brasil: o Estado da arte*. São Paulo: CEDI. 67 p. (mimeografado).

HARA, Regina. *Ler, Escrever, Contar: construção de cartilhas para alfabetização de adultos*. São Paulo: CEDI. 133 p.

LIMA, João Alves de. *Transporte coletivo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: CEDI. 64 p. (Série Documentos, 6).

PEREIRA, Maurício Broinizi; BARROS, Rui de Góes Leite de. *Movimento sindical e indústria bélica: I Encontro Brasil-Itália de Trabalhadores na Indústria de Armamentos. Apoio Sindical*, São José dos Campos: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Caçapava e Jacareí, n. 3. 43 p.

SCHILLING, Paulo R. *Dívida externa, fuga de capitais e custos sociais*. São Paulo: CEDI. 44 p. (Série Dívida Externa, 1).

VEM, Espírito Santo, renova toda a criação: seis estudos bíblicos sobre o tema da 7ª Assembléia do CMI. São Paulo: CEDI. 68 p.

VIANNA, Aurélio, coord. et al. *Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate*. Rio de Janeiro: CEDI. 68 p.

VIANNA, Aurélio; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; ESTERCI, Neide. *Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: CEDI. 55 p.

1991

CAMUFLAGEM e transparência: as mulheres no sindicalismo. São Paulo: CEDI/CUT. 44 p.

CEDI. Programa "Assessoria à Pastoral". *Comunicação, cultura e evangelização: Programa Comum da*

Rede Latino-Americana de CPID do CMI. Rio de Janeiro: CEDI. 56 p.

CEDI. Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário"; CMS; CPV. *Memória & Documentação: como organizar os acervos sobre o movimento operário e sindical*. São Paulo: CEDI/CPV. 56 p.

A CUT e o movimento sindical internacional. São Paulo: CEDI. 64 p.

A CUT e o movimento sindical internacional, 2. São Paulo: CEDI. 53 p.

MATEUS, Odair Pedroso; REILY, Duncan A.; BERG, Jan Van Den. *Calvino*. São Paulo: CEDI. 56 p. (Série Leituras da Bíblia, 2).

MEDINA, Alfredo Ferro, org. *A teologia se fez terra*: Primeiro Encontro Latino-Americano de Teologia da Terra. Rio de Janeiro: CEDI; Gênero: Rede Latino-Americana de CPID; São Leopoldo: Sinodal. 117 p.

MULHERES trabalhadoras rurais: participação e luta sindical (colaboração do CEDI. Programa Movimento Camponês/Igrejas). São Paulo: CUT-DNTR. 58 p.

SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo. *Itaipu: geopolítica e corrupção*. São Paulo: CEDI. 53 p. (Série Dívida Externa, 3).

SCHILLING, Paulo R.; WALDMAN, Maurício; DAVIDOFF C. CRUZ, Paulo. *Conversão da dívida e meio ambiente*. São Paulo: CEDI/Global. 95 p. (Série Dívida Externa, 2).

SOUZA, José Carlos de; JOSGRIL-BERG, Rui de Souza; SIQUEIRA, Tércio Machado. *Wesley*. São Paulo: CEDI; São Bernardo do Campo: Editeo. 48 p. (Série Leituras da Bíblia, 3).

1992

ALVES, Rubem. *Creio na ressurreição do corpo: meditações*. 2^a ed. São Paulo: Paulinas/CEDI. 77 p.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Araweté: o povo do Irixuna*. São Paulo: CEDI. 192 p.

CEDI. Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário"; CIM. Programa Mulher e Meio Ambiente. *Mulher & Meio Ambiente*. São Paulo: CEDI/CIM. 40 p.

PINAUD, João Luiz Duboc. *Dívida contra o direito*. São Paulo: CEDI. 59 p. (Série Dívida Externa, 5).

RIBEIRO, Vera Maria Masagão; JOIA, Orlando. *Trabalhadores em educação: perfil e representações dos delegados ao 23º Congresso da CNTE (1991)*. São Paulo: CEDI; Brasília: CNTE. 80 p.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão; NAKANO, Marilena; JOIA, Orlando; HADDAD, Sérgio. *Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos*. Campinas: Papirus; São Paulo: CEDI. 128 p.

SCHILLING, Paulo R. *Mercosul: integração ou dominação?* São Paulo: CEDI. 204 p. (Série Dívida Externa, 4).

SOARES, Rosana de Lima. *Meio ambiente, vida e trabalho: memória/seminário*. São Paulo: CUT/CEDI. 61 p.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI. 88 p.

VIANNA, Aurélio. *Etnia e território: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens*. Rio de Janeiro: CEDI. 56 p.

VIANNA, Aurélio; MENEZES, Laís; IÓRIO, Maria Cecília; RIBEIRO, Vera Maria Masagão, org. *Educação ambiental: uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade*. 2^a ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA; São Paulo: Ação Educativa; Erexim-RS: CRAB. 88 p.

ambiental: uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade. São Paulo: CEDI; Erexim-RS: CRAB. 80 p.

VOLKMANN, Martin; DOBBE-RAHN, Friedrich Erich; CÉSAR, Ely Éser Barreto. *Método histórico-critico*. São Paulo: CEDI. 92 p. (Série Leituras da Bíblia, 4).

ZWETSCH, Roberto, org. *500 anos de invasão, 500 anos de resistência*. São Paulo: CEDI/Paulinas. 326 p.

1993

HADDAD, Sérgio, org. *AIDS, juventude, educação: catálogo de fontes de informação e materiais educativos*. São Paulo: CEDI. 52 p.

1994

MARTINS, Heloisa H. T. de Souza; RAMALHO, José Ricardo, orgs. *Terceirização: diversidade e negociação do trabalho*. São Paulo: CEDI/Hucitec. 238 p.

NOVAES, Regina Reyes. *Nordeste, Estado e sindicalismo: o PAPP em questão*. Rio de Janeiro: CEDI. 104 p.

SCHILLING, Paulo R. *Brasil: a pior distribuição de renda do planeta*. São Paulo: CEDI/KOINONIA. 96 p. (Série Dívida Externa, 7).

_____. *O fim da história ou o colapso da modernização? O fracasso do neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: CEDI/KOINONIA. 84 p. (Série Dívida Externa, 6).

VIANNA, Aurélio; MENEZES, Laís; IÓRIO, Maria Cecília; RIBEIRO, Vera Maria Masagão, org. *Educação ambiental: uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade*. 2^a ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA; São Paulo: Ação Educativa; Erexim-RS: CRAB. 88 p.



1 9 9 4



**Época de transição
Abandono ou reinvenção
Plural e diferente
Modernidade / pós-modernidade
Crise ambiental
CEDI - multiplicando-se**

